



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

**VIOLÊNCIA E SUSPEIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS CASOS DE ABORDAGEM
POLICIAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO/AP**

MACAPÁ-AP

2015

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

**VIOLÊNCIA E SUSPEIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS CASOS DE ABORDAGEM
POLICIAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO/AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), sob orientação do Prof. Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães.

MACAPÁ-AP

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

363.2

L435v Leal, José Luis dos Santos.

Violência e Suspeição: um estudo sobre os casos de abordagem policial na Baixada do Ambrósio/AP / José Luis dos Santos Leal; orientador, Ed Carlos de Sousa Guimarães. -- Macapá, 2015.

62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Polícia – abordagem. 2. Policiamento ostensivo – Santana(AP).
3. Polícia militar – Santana(AP). I. Leal, José Luis dos Santos. II. Guimarães, Ed Carlos de Sousa (orientador). III. Fundação Universidade Federal do Amapá.
IV. Título.

JOSÉ LUIS DOS SANTOS LEAL

**VIOLÊNCIA E SUSPEIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS CASOS DE ABORDAGEM
POLICIAL NA BAIXADA DO AMBRÓSIO/AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), submetido à banca examinadora composta pelos professores (as):

Aprovado em: 17/03/2015.

Conceito: 10,00 (dez)

Banca Examinadora

Profº Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães (Orientador)

Instituição: UNIFAP

Profº Dr. Marcus André de Souza Cardoso (Examinador 1)

Instituição: UNIFAP

Profª Ma. Adriana Tenório da Silva (Examinadora 2)

Instituição: UNIFAP

DEDICATÓRIA

A meu avô Gualdino dos Santos (in memoriam) que iniciou todo esse sonho. Obrigado por cultivar em nossas vidas a importância e a essência de uma vida simples, feliz e doce. Alegro-me de sentir sempre sua falta.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar meus agradecimentos devo antecipar que me é impossível nomear a todos, sob o risco de cometer alguma injustiça. Antes, digo que foi difícil chegar até aqui, e ao mesmo tempo foi apaixonante viver as Ciências Sociais. Foram tantas pessoas valorosas que passaram na minha vida até esse degrau, que essas humildes laudas não suportariam a todos, portanto, quero agradecer:

Primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria humana (que aqui eu chamo de “Força”) ideia interessante que eu descobri. E a todos os Orixás e Entidades que me guardam.

Aos meus pais Dalvino Leal e Maria Luiza. A minha querida avó Alzira, obrigado pela brilhante educação, e por me guiarem de forma honesta e simples. Espero sempre continuar compartilhando de suas vastas e belas experiências.

Aos meus irmãos e irmã: Aneval, José Maria, Katy (sua ajuda foi insubstituível), Josivaldo e Josielson, também o meu muito obrigado pelo companheirismo e amizade de sempre. A todos os parentes e amigos da família, em especial a Família Souza, que acompanhou minha trajetória acadêmica, sempre me incentivando.

Aos meus professores (as) dos tempos de Fundação Bradesco (que um dia foi minha segunda casa), em especial a professora Vania que me deu o prazer de conhecer as primeiras letras do alfabeto. Aos queridos docentes do ensino fundamental e médio, especialmente, ao: Luzinaldo, Marcivania, Eliana e Terezinha, aos quais eu continuo mantendo contato, pessoas indispensáveis na minha caminha estudantil, obrigado por dar vida a esse sonho.

Ao grande responsável por esse projeto, meu orientador e amigo Ed Carlos Guimarães, obrigado por acreditar em mim, nunca vou esquecer-me da força de sempre, no momento que eu estive doente você não me deixou desistir. Sou bastante grato pela confiança, conselhos, incentivos e pelas excelentes discussões, saiba que tenho uma grande admiração pelo seu profissionalismo. E apesar de minhas limitações, tentei absorver o máximo possível de conhecimento no Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) de Ciências Sociais e do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações – GEPVIC.

A todos meus amigos da Fundação Bradesco, em especial a “galera do fundão”: Nilo, Silvio, Andson, Orelha, Jefferson e Lalo. Aos meus grandes amigos de todas as horas: Kell, Romário, Rogildo, Adriano, Neca, Nil, Satélite, Ney, Marcos Bob, Pablo, Cazuzza, Kleber, Perninha, Jocenildo, Marcio (saiba que você tem uma participação valorosa na minha vida acadêmica) e ao Pedro Junior (seria impossível realizar esse trabalho sem o seu apoio), valeu de coração.

A todos os meus amigos da Universidade Federal do Amapá, em especial a turma de Ciências Sociais 2010 os quais pude compartilhar conhecimento, angústias e boas distrações. As minhas amigas: Bê, Geane e Thais, que me colocaram no caminho do PET, sou profundamente grato pelo carinho, afeto e sorrisos. A Anandrea, que sempre compartilhou comigo grandes momentos na graduação, obrigado por ter sido uma bela amiga. Ao Fábio Alan, pessoa extraordinária que eu tive o prazer de conhecer, e ao longo dos anos se transformou em um amigo-irmão. Ao grande Delque Pantoja, que foi mais do que um amigo, foi um excelente parceiro nas loucas aventuras sociológicas, espero que nossas produções continuem sempre firmes. E a todas as outras pessoas da UNIFAP que tiveram uma passagem muito especial em minha vida, principalmente aquelas que suportaram minhas angústias de monografia (Raissa Sena, você teve uma participação muito especial na minha vida).

Agradeço também aos meus amigos (as) do PET, todos sem distinção foram importantes para a realização deste projeto, obrigado por me entenderem em momentos difíceis, saibam que as nossas manhãs foram bem proveitosas, espero continuar com vocês sempre que poder, principalmente nas nossas viagens e aventuras teóricas.

A todos os meus professores da graduação, sem os quais não poderia neste momento estar realizando este trabalho. Em especial ao: Ed Carlos, Eliane Superti, Rauliete Diana, Luciano Magnus, Richard Leão, Raimundo Brito, Socorro Oliveira, Iraci Barroso, Fátima Guedes, Glauca Tinoco, José Maria, Manoel Pinto, Adriana Tenório, Marcus Cardoso e Carlos Alberto. Obrigado também por cultivarem em mim a importância da carreira docente. Saibam que tentei extrair o máximo possível de conhecimento de vocês, pois reconheço que às vezes lhe são exigidos habilidades de verdadeiros super-heróis.

Ao seu Erivan Soares, um importante sábio que eu conheci nos tempos de “mineração”, e que me colocou novamente na vida acadêmica. A Giulia Anne, que pode compreender sempre as minhas ausências, sou muito grato por ter me dado um filho muito lindo, e obrigado por educá-lo com maestria.

Por fim, mas não por último, as pessoas que eu mais pensei durante toda a minha vida acadêmica: ao meu filho Luis Guilherme, saiba que tudo que eu construir foi pra você, muito obrigado por existir em minha vida. E a Siri Barros, que me ajudou a construir esse sonho. Obrigado por preencherem minha vida com toques de poesia, música, fantasia e dança (amo os dois).

Enfim, a todos os entrevistados (moradores e policiais) na pesquisa e as pessoas que contribuíram direta e indiretamente na construção deste trabalho, tenho certeza que vocês não cabem em uma simples folha de papel.

Atitude Suspeita

Sempre me intriga a notícia de que alguém foi preso? Em atitude suspeita? É uma frase cheia de significados. Existiriam atitudes inocentes e atitudes duvidosas diante da vida e das coisas e qualquer um de nós estaria sujeito a, distraidamente, assumir uma atitude que dá cadeia!

- Delegado, prendemos este cidadão em atitude suspeita.

- Ah, um daqueles, é? Como era a sua atitude?

- Suspeita.

- Compreendo. Bom trabalho, rapazes. E o que é que ele alega?

- Diz que não estava fazendo nada e protestou contra a prisão.

- Humm. Suspeitíssimo. Se fosse inocente não teria medo de vir dar explicações.

- Mas eu não tenho o que explicar! Sou inocente!

- É o que todos dizem meu caro. A sua situação é preta. Temos ordem de limpar a cidade de pessoas em atitudes suspeitas (...).

*(LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO – Para
Gostar de Ler, V, 13, 2000)*

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir as ações policiais que visam à busca pessoal em jovens sob a utilização motivadora da “suspeição policial”. Assim, analisa os mecanismos e critérios da construção do discurso da fundada suspeita praticada pela polícia militar, buscando compreender a possível articulação entre acusados e a influência de filtros sociais na seleção do suspeito. A pesquisa foi realizada no ano de 2013 e 2014 na Baixada do Ambrósio, na cidade de Santana/AP, e desenvolveu-se a partir das seguintes vertentes: 1) pesquisa bibliográfica que possibilitou o contato com a literatura pertinente; 2) pesquisa de campo com a realização de entrevistas abertas com moradores e policiais militares. A pesquisa analisa ainda, como os policiais constroem o discurso que define quem é, ou não um suspeito e como em pleno século XXI, vê-se a manutenção das ideias da chamada criminologia positivista, no que diz respeito à interpretação do fenômeno criminal. Assim, parte-se da hipótese que a suspeição não é aleatória, mas sim, seletiva que depende sempre do ponto de vista e da escolha do policial. É um processo inquisitório pelo qual identidades são construídas e/ou atribuídas para habitar adequadamente no que é representado como um suspeito.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Suspeição. Abordagem. Suspeito. Baixada do Ambrósio.

ABSTRACT

This paper discusses the police actions aimed at personal quest for youth under the motivating use of "police suspicion", so you want to know the mechanisms and discourse construction criteria of reasonable suspicion practiced by the military police, trying to understand the possible link between the accused and the influence of social filters on the suspect selection. The survey was conducted in 2013 and 2014 in the Baixada Ambrósio, in Santana/AP, and developed from the following areas: 1) bibliographic research that allowed the contact with the literature; 2) field research with holding open interviews with residents and police officers. The survey analyzes, as police build the discourse that defines who you are, or not a suspect and as in the XXI century, see whether maintaining the ideas of positivist criminology call, with regard to the interpretation of criminal phenomenon. Like this, starts with the hypothesis that the suspicion is not random, but rather selective always depends on your point of view and the choice of police. It is an inquisitorial process by which identities are constructed and/or assigned to live properly in what is represented as a suspect.

KEY WORDS: Violence. Suspicion. Approach. Suspect. Baixada do Ambrósio.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa das Principais ruas, avenidas e pontes da Baixada do Ambrósio.....	19
Imagem 2 – Foto área da Baixada do Ambrósio.....	20
Imagem 3 – Abordagem nível um.....	41
Imagem 4 – Abordagem nível dois.....	42
Imagem 5 – Abordagem nível três.....	42
Imagem 6 – Abordagem nível quatro.....	43
Imagem 7 – O Pirangueiro.....	49
Imagem 8 – Bicicleta personalizada 01.....	53
Imagem 9 – Bicicleta personalizada 02.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo anual das ocorrências nos bairros de Santana/AP.....	21
Quadro 2 – Comparativo anual das ocorrências de maior frequência registrado na U.P.C. da Baixada do Ambrósio.....	25
Quadro 3 – Grupo de elementos que compõem as características dos suspeitos.....	47
Quadro 4 – Grupo de elementos que compõem a situação suspeita.....	51
Quadro 5 – Grupo de elementos que compõem o lugar suspeito.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: ENTRE OS “MUROS” DA BAIXADA DO AMBRÓSIO: O BAIRRO, O CRIME E A ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA.....	17
1.1 A Baixada do Ambrósio: uma comunidade invisível	17
1.2 Violências: uma “marca” presente	22
1.3 O lugar e a acumulação social da violência	26
CAPÍTULO II: ABORDAGEM, SELETIVIDADE E CRIMINALIZAÇÃO	29
2.1 A polícia: um breve histórico de atuação	29
2.2 A herança da criminologia positivista.....	33
2.3 Fundada Suspeita: ação policial que antecede a abordagem.....	38
CAPÍTULO III: A TRÍPLICE DA SUSPEIÇÃO: AS CARACTERÍSTICAS, A SITUAÇÃO E O LUGAR SUSPEITO	46
3.1 As características do suspeito	46
3.2 A situação suspeita.....	50
3.3 O lugar suspeito	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

A polícia, como objeto de interesse acadêmico, é bastante recente nas ciências sociais, porém, nos últimos anos uma grande leva de trabalhos relacionados à abordagem, a seletividade, à criminalização, e à suspeição policial ganharam o cenário brasileiro. São trabalhos que chamam a atenção problematizando como a polícia vem categorizando preconceituosamente indivíduos considerados suspeitos em algumas das principais capitais brasileiras.

Trabalhos importantes como de Ramos, Musumeci (2005), Michel Misse (2010) Alba Zaluar (2004) no Rio de Janeiro/RJ; Terra (2010) em São Paulo/SP; Kant de Lima (1989) em Brasília/DF; Beato (2012) e Rodrigues (2011) em Belo Horizonte/MG; Reis (2002) e Noronha (1997) em Salvador/BA; Aquino e Barreira (2013) em Fortaleza/CE; e Brito (2013) em Belém/PA. Pesquisas que nos serve de alicerce para maior compreensão do campo da suspeição policial.

Portanto, o objetivo central deste trabalho se concentra em analisar as ações policiais que visam à busca pessoal em jovens sob a utilização motivadora da “suspeição policial” e de como é construído pelos policiais o discurso do suspeito. A proposta inicial da pesquisa emerge da necessidade de entender o que leva um policial militar a considerar um cidadão como suspeito, e como o fenômeno da violência urbana é articulado na seleção e na criminalização de indivíduos que são moradores.

O interesse na pesquisa surgiu a partir do contato com as literaturas trabalhadas no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações – GEPVIC da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, e nas leituras adquiridas no ciclo temático de estudos do Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) de Ciências Sociais – UNIFAP. A pesquisa concentra-se nas atividades realizadas durante o policiamento ostensivo da polícia militar da U.P.C. (Unidade de Policiamento Comunitário) do Ambrósio no município de Santana/AP.

A U.P.C. foi inaugurada no dia 09 de novembro de 2012 e antes da implantação da unidade, a Secretaria de Segurança Pública do Amapá, promoveu um diagnóstico dos setores de inteligência para estudar a área, e posteriormente, executou a “Operação Saturação” realizada pelo BOPE (Batalhão de Operações Especiais). Cujas lógica foi a de assepsia social da região.

Inicialmente a unidade contou com um contingente de 38 policiais e ao longo dos anos esse número reduziu consideravelmente. Até o ano de 2014 o número de policiais na unidade

era de 15, sendo que apenas 10 trabalhavam rotineiramente no policiamento ostensivo em escalas distribuídas de 12/24, no horário de 07h00min às 19h00min.

A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2013 e 2014. Porém o espaço temporal da pesquisa ficou delimitado no ano de 2013, período em que, os dados coletados pela polícia sobre a violência no bairro já estavam finalizados e oficializados pela instituição.

O trabalho de campo foi dividido em quatro momentos: *o primeiro*, foi o período de reconhecimento e familiarização com local pesquisado; *o segundo*, foi realizado as entrevistas abertas com seis policiais de diversas patentes (soldados, sargentos e tenentes) que atuam na U.P.C.; *o terceiro*, foram realizadas as entrevistas abertas com oito moradores do bairro de variadas profissões (dos sexos masculino e feminino entre as idades de 16 a 64 anos); e por fim, *no quarto* momento foi realizado a coleta de dados sobre a violência na cidade de Santana/AP, junto ao departamento de estatísticas do 4º Batalhão da Polícia Militar.

É importante lembrar, que no texto deste trabalho, o nome dos entrevistados durante a pesquisa será reservado, e serão descritos como: “Morador” e “PoliciaI”. Optei por reservar os nomes, por dois motivos. Primeiro, a maioria dos moradores durante a pesquisa não queriam se identificar; e segundo, os policiais, se comprometeram em responder as perguntas, porém, suas identidades deveriam ser ocultadas. Assim, é pertinente destacar que o *locus* da pesquisa trata-se de uma área de conflito onde os sujeitos então inseridos em um campo marcado pela sensação do medo e da violência.

As primeiras visitas na comunidade apresentaram bastantes dificuldades, principalmente porque eu era estranho aos olhos dos moradores, e isso dificultava a espontaneidade das entrevistas. Tive também, dificuldades em entrevistar os policiais, pois, alguns não queriam falar sobre as abordagens e outros se recusavam em dar qualquer tipo de informação sobre o caso. Só algum tempo depois, via comunicação oficial do comandante é que pude obter melhores informações com eles.

Depois de me familiarizar com os policiais militares tentei acompanhar o trabalho ostensivo no bairro, mais infelizmente não fui autorizado pelo comandante geral. Segundo ele, esse tipo de atividade poderia colocar em risco minha vida e a dos policiais, ao passo que, na atividade de repressão ao crime, segundo as normas internas da instituição, não é permitido o acompanhamento na atividade policial de pessoas que não tenham um devido treinamento sobre as ações de risco. Ainda, durante toda a pesquisa pude obter mais informações sobre os processos de abordagens e suspeição com amigos que são policiais.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da sociologia da violência. Suas análises objetivam compreender a articulação da violência com os casos de seleção e suspeição

policial. Seleções que são fundamentadas a partir de estereótipos e de características de indivíduos e de lugares que são acumuladas durante todo o processo de formação histórico-social da violência no bairro. Portanto, não é o objetivo do trabalho analisar profundamente outras ações da polícia, como a violência física ou abordagens truculentas.

O trabalho está dividido em três capítulos, a saber: o capítulo I, intitulado *Entre os "muros" da Baixada do Ambrósio: o bairro, o crime e a acumulação social da violência*, têm como objetivo apresentar os pressupostos históricos do *locus* da pesquisa. Enfatiza as principais discussões no cenário científico sobre a temática da violência e como está articulada com os agentes que compõem o cotidiano do bairro. Discute ainda de que forma a "acumulação social da violência" é articulada na construção da categoria do criminoso, e como isso reflete na suspeição policial.

O capítulo II, intitulado *Abordagem, seletividade e criminalização* é destinado à análise da história da atuação da polícia no Brasil desde o período imperial aos dias de hoje. Discute o fato de a polícia militar selecionar o suspeito através de marcas biológicas ou marcas sociais, que foram herdadas pela escola da criminologia positivista. Propõe ainda, que a suspeição policial é difusa e subjetiva, uma escolha de abordagem que não é aleatória. E que alguns níveis de abordagens são diferenciados aos moradores dependendo da subjetividade do policial.

O capítulo III, *A tríplice da suspeição: as características, a situação e o lugar suspeito*, apresenta como principal desdobramento, a discussão dos dados coletados nas entrevistas realizadas com os policiais referindo-se a tríplice escolha subjetiva do policial. Este capítulo discute ainda, os principais elementos que, segundo a polícia, acionam a suspeição policial.

CAPÍTULO I

ENTRE OS “MUROS” DA BAIXADA DO AMBRÓSIO: O BAIRRO, O CRIME E A ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

1.1 A Baixada do Ambrósio: uma comunidade invisível

Empreende-se aqui a formação histórica da Baixada do Ambrósio articulando o fenômeno da violência produzido pelos diversos agentes que compõem a dinâmica local, bem como, este capítulo demonstra de que forma a “acumulação social da violência” alimenta a atividade policial e o imaginário social da comunidade.

Segundo Silva (2006, p.45), a história do município de Santana/AP está diretamente relacionada com o avanço dos grandes projetos para a integração da Amazônia brasileira realizada pelos Governos Militares. Fato esse que se deu a partir de 1946, quando em Serra do Navio/AP foi descoberta uma grande reserva de manganês. Daí em diante o Município de Santana/AP experimentou um crescimento populacional significativo, em decorrência da instalação da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), que tinha como sede o município.

Para o escoamento de sua produção a partir do final da década de 1950, a ICOMI se preocupou em construir uma estrada de ferro que possibilitasse o transporte do manganês de Serra do Navio/AP para Santana/AP (Cf. MONTEIRO, 2003). Concomitantemente, a empresa construiu um cais flutuante, hoje localizado no bairro da Área Portuária. A influência deste cais incentivava o comércio e a indústria de pequeno porte, estimulando a chegada de trabalhadores oriundos de diversas ilhas do Pará, do interior do Amapá e nordestinos vindos principalmente do Maranhão (Cf. SILVA, 2006, p.47).

O trânsito de trabalhadores e comerciantes possibilitou a criação de vilas e ampliou o cenário urbano do município. Ribeirinhos e migrantes se instalaram nas mediações da área portuária na expectativa de emprego e melhores condições de vida (Cf. FARIAS; FLEXA, 2008).

Atendendo uma demanda da empresa foram criadas duas vilas voltadas para acomodar funcionários, uma em Serra do Navio/AP e outra em Vila Amazonas em Santana/AP (company towns¹), o restante dos migrantes que se encontravam em Santana concentravam-se ao longo do que é hoje a Avenida Claudio Lucio Monteiro e contrapondo-se ao segundo eixo

¹Company Towns, em português significa cidade da empresa, é uma vila ou cidade com casas, escolas, hospital, supermercado, cinema e estabelecimentos comerciais, pertencem a uma única empresa.

de habitação, localizado ao longo da rodovia Duque de Caxias (Vila Maia) formando o que chamamos atualmente de Bairro Central (Cf. FILHO et al, 2009).

A dinâmica do cais possibilitou a insurgência de diversos ramos do comércio e de serviços. Essa dinâmica alterou extremamente o fluxo populacional, econômico e social do lugar², provocando impactos na paisagem primitiva principalmente na área de várzea, que é hoje conhecida como Baixada do Ambrósio, dada as circunstâncias que neste local, viajantes, ribeirinhos, migrantes alojaram-se em pequenos barracos e palafitas.

A Baixada do Ambrósio é fruto especificamente dos pólos das instalações que se formaram entorno do porto de Santana, como por exemplo, a ICOMI, a AMCEL (Amapá Florestal e Celulose S.A.) e a BRUMASA (Indústria de Compensados S/A). O nome do lugar ficou conhecido devido à figura de seu Ambrósio Vitorino Marques Neto, que em 1954 chegou ao local e construiu um estaleiro para prestar serviços a então recente empresa instalada no Amapá, ICOMI (Cf. SILVA, 2006, p.45).

A Baixada do Ambrósio era chamada inicialmente de “Vila Papelão” (nome atribuído as casas pré-fabricadas que a empresa ICOMI cedeu aos funcionários da construção do Cais), depois passou a se chamar de “vila mucajá”, nome dado devido ao grande número de árvores do fruto de mucajá plantados na região (MORADOR, Costureira, 2014). Nos trabalhos de Silva (2006), ele aponta para um terceiro nome, “Vila Toco”, nome que segundo ele foi por causa do grande desmatamento das árvores provocado pelos primeiros moradores do local.

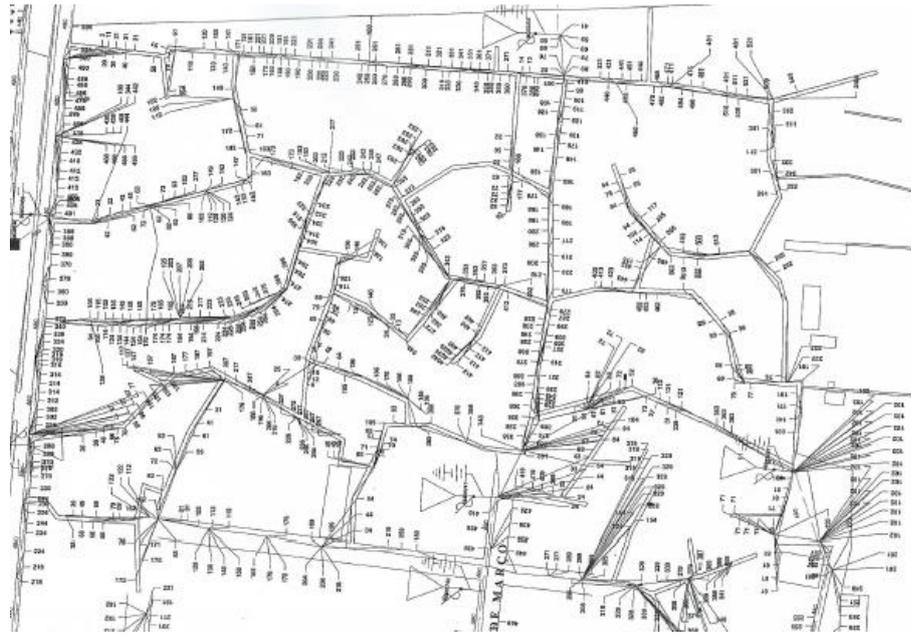
Até a década de 1990 havia poucas famílias residindo na localidade, como por exemplo, as famílias Oliveira, Silva, Santos, Ferreira, Machado e a família Pereira de Sousa. Até esse período, a Baixada do Ambrósio era simplesmente uma grande área de açazal, fazia parte das terras da Marinha do Brasil, onde inicialmente 06 (seis) famílias residiam no local. As casas apresentavam grandes espaçamentos umas das outras. Existia também um igarapé, que cortava a área do açazal, que servia como via fluvial para o abastecimento de água do rio para as casas. Aos poucos a vila foi sendo ocupada por famílias que vinham de diversos lugares. “Era simples, quem chegava primeiro montava sua casa, e pronto, lá ficava, e ninguém tirava, tipo uma invasão normal, era só trazer a madeira e construir” (MORADOR, Costureira, 2014).

Frutos de uma ocupação desordenada a Baixada do Ambrósio constituiu-se sobre os alicerces do comércio informal, das dinâmicas ilícitas e das casas de prostituição. As

²Com o avanço do crescimento populacional e econômico da cidade, Santana/AP foi elevada à categoria de município em dezembro de 1987, sob o decreto de lei nº7369. Heitor de Azevedo Picanço foi nomeado para o cargo de prefeito interino. Só em 15 de novembro de 1988 Santana teve seu primeiro prefeito eleito diretamente pelo povo, Rosemiro Rocha (FILHO et al, 2009).

principais vias de acesso são pelos canais às margens do rio Amazonas e principalmente pelas ruas Beira Mar, Rio Jari, Avenida Shalon e rua Jesus de Nazaré. Essas ruas aglutinam uma grande quantidade de estabelecimentos como: “casa de show”, “casa de stripers”, bares, hotéis, pousadas, botecos e em geral funcionam o dia e a noite toda, resquícios de uma rede de serviços voltada para atender os trabalhadores da antiga ICOMI (Cf. FILHO et al, 2009).

Imagem 01 – Mapa das Principais ruas, avenidas e pontes da Baixada do Ambrósio



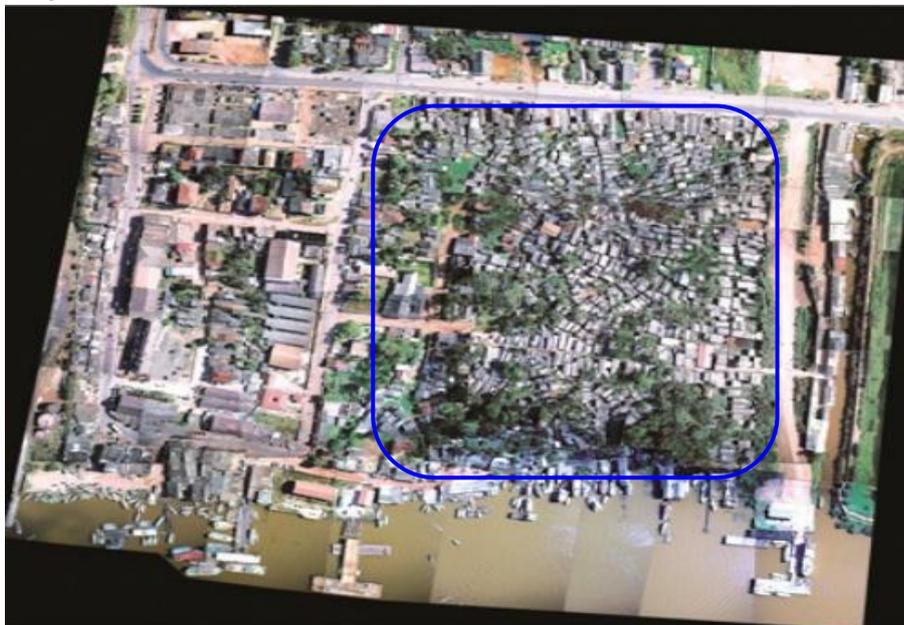
Fonte: CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), 2014.

Construída sobre um alagado de área de várzea, tendo majoritariamente, uma população socioeconomicamente vulnerável do município, as casas são palafitas suspensas em área de ressaca, distribuídas de forma aleatória compondo um cenário dividido entre casas, estabelecimentos comerciais, igrejas, associações e estabelecimentos compostos (casa/comércio), na maioria apresentam estrutura de madeira. Possuindo como única via de acesso pontes deterioradas.

Marcada como muitas das áreas “invisíveis” de nosso país, a Baixada do Ambrósio, do ponto de vista de políticas públicas, é extremamente esquecida pelo Estado, principalmente na condição da infraestrutura e nos serviços públicos básicos do bairro. Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, são 953 domicílios particulares ocupados em área de ressaca para uma população de aproximadamente 4555 pessoas, uma média de 4,8 moradores por casa.

No trabalho de Robacher (2013, p.32), o número de pessoas é ainda maior, são mais de 5.000 pessoas vivendo em um espaço de aproximadamente 112.000m², o que demonstra uma grande concentração de pessoas em um pequeno espaço de convivência.

Imagem 02 – Foto área da Baixada do Ambrósio



Fonte: ROBACHER, 2013, p.34

Segundo um morador, no início da ocupação o governo do Estado não auxiliou a comunidade de nenhuma forma. Por muitos anos, a Baixada do Ambrósio ficou sem um sistema de energia elétrica, o que obrigava os moradores a fazer a iluminação residencial com velas e lamparinas, foi somente a partir dos anos 1980 que a energia elétrica foi estabelecida na localidade (MORADOR, Vendedor de peixe, 2014).

Segundo a imprensa escrita do município de Santana/AP a pobreza e a criminalidade da região do Ambrósio são percebidas, pelos demais bairros da cidade, como responsáveis pela produção da “marginalidade”, uma comunidade que deve ser colocada sempre em vigilância, principalmente após a constituição da grande rede do tráfico de drogas no bairro (Cf. ANDRADE, 2014, p.10).

Para Zigmunt Bauman (2005), o “excesso de gente” não integrada que é temporariamente excluída, sem qualquer tipo de atividade funcional dentro do sistema capitalista, está mais propenso a ser rotulada de “classes perigosas” (Cf. BAUMAN, 2005), que neste caso é facilmente imputada aos moradores da Baixada do Ambrósio, haja vista que o bairro é constituído de uma grande população de moradores de baixa renda.

Segundo Magalhães (2009, p.31) é fato que os meios de comunicação passaram a fazer parte da representação do cotidiano da sociedade, desempenhando um papel relevante na construção do mundo social, pois criam e reproduzem representações sociais da realidade. No entanto, tal contribuição gerou diversos fenômenos, entre eles a espetacularização da violência urbana.

No caso da mídia local não é diferente, as reportagens policiais, somada ao grande número de ocorrências registradas pela polícia militar, contribuem para a afirmação de que a Baixada do Ambrósio é um dos bairros mais violentas do município de Santana/AP.

O quadro abaixo fornecido pela polícia, demonstra os cinco primeiros bairros que mais geraram boletins de ocorrências em Santana/AP. De janeiro a dezembro, somado todas as infrações (que englobam diversos crimes), o bairro da Área Portuária apresentou o maior percentual com 32,8% dos boletins. O que não significa dizer que o bairro foi o mais violento do ano. O que ocorreu em verdade, segundo o comandante da UPC (Unidade de Policiamento Comunitário) do Ambrósio, foi que, com a criação da unidade dentro da comunidade em 2012, o acesso dos moradores a polícia ficou maior, ocasionando assim, um número elevado de denúncias por ano. Mas sabe-se que a mídia amapaense não interpreta os dados desta forma colocando essas informações como dados invariáveis.

Quadro 01 – Comparativo anual das ocorrências nos bairros de Santana/AP

Bairro		ANO –2013			
		Total	Percentual	Média Mensal	Média de BO por dia
1º	Área Portuária	444	32,8%	37,0	1,2
2º	Centro	301	22,2%	25,1	0,8
3º	Paraíso	276	20,4%	23,0	0,8
4º	Fonte Nova	193	14,3%	16,1	0,5
5º	Hospitalidade	139	10,3%	11,6	0,4
TOTAL		1353	100,0%	22,56	3,38

Fonte: Departamento de estatística do 4ª Batalhão no Município de Santana.

Por outro lado, o desamparo do poder público facilitou a instalação de redes do tráfico de drogas, e principalmente a dinâmica dos confrontos de gangues, que já existe no bairro desde as primeiras gerações dos anos de 1990. Durante as entrevistas realizadas no bairro, constatei que os moradores são percebidos como sujeitos imersos em um permanente sentimento de medo ambíguo: primeiro, seja por conta da criminalidade instaurada no local a partir dos furtos, roubos e assassinatos; segundo, seja por conta da grande sensação de medo

que a abordagem policial representa para os moradores. “Nós nunca sabemos até que ponto a polícia pode nos confundir com bandidos” (MORADOR, Estudante, 2014).

Ainda nas reflexões de Zigmunt Bauman (2008), a violência urbana produz na sociedade um sentimento de insegurança e medo, onde as estruturas sólidas são preenchidas pela rápida fluidez da modernidade líquida. A insegurança sentida cria uma segregação racial, em que o lugar público é esvaziado e o lugar privado é preenchido.

Essa sensação de insegurança e de medo líquido produz sobre a sociedade padrões e necessidades, relacionadas à violência criminal do bairro que parece cada vez mais preencher o imaginário social dos moradores. Assim, fez-se necessário trazer para a discussão os principais conceitos e definições do fenômeno da violência e de como estes se articulam com a dinâmica dos agentes que compõem a Baixada do Ambrósio.

1.2 Violências: uma “marca” presente

A conceituação da violência enquanto fenômeno está situado no fato de ser um fenômeno da ordem do cotidiano, cujas manifestações estão assentadas em uma carga emocional muito forte para quem sofre, comete ou para quem presencia (Cf. MINAYO, 2006, p.14). Sensações estas que estão tão fortemente presentes no tecido social da Baixada do Ambrósio.

Não podemos simplesmente pensar a violência como “fenômeno maldito” e que deve ser combatido, precisamos entender a violência em seus múltiplos significados e múltiplas manifestações (Cf. TAVARES DOS SANTOS, 1996, p.14).

Assim, para iniciar o estudo do fenômeno da violência destaco a princípio uma definição preliminar que seja capaz de dar conta das dimensões entre os “atos de violência” e o “estado da violência”.

Na produção espacial da Baixada do Ambrósio podemos destacar como “atos de violência”, os atos que são “visíveis” à dinâmica dos indivíduos como, por exemplo: furtos, roubos, assaltos, agressões, assassinatos, rede de tráfico de drogas e confronto de gangues. Para o “estado de violência” destaca-se a sensação da violência, a acumulação social da violência mais especificamente a imagem de uma comunidade tomada pelos atos de violência, a sensação do medo difuso, a idealização de estar inserido em um campo minado.

Segundo Michaud (2001), a existência da violência reside no momento em que a alteridade for desconsiderada, ou seja:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando dano a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 2001, p.10).

Desta maneira, a violência acontece quando um indivíduo rejeita a alteridade do outro, e este por sua vez legitima como um ato que fere sua integridade física ou moral. Esta primeira concepção parte de que a violência está relacionada diretamente com as normas sociais e jurídicas de uma sociedade. Ainda para Michaud (2001), a violência não terá um conceito sociológico ou um discurso único capaz de explicá-la, este conceito irá se constituir de contextos sócio-históricos específicos.

Já para Minayo, “a violência é em principio definida em função de valores que constituem o consenso de um determinado grupo” (MINAYO, 2006, p.91). Para os jovens as abordagens praticadas pela polícia, agridem o que para eles é um principio básico de cidadania, como o direito de expressar sua arte. Já para a polícia, as abordagens são justificadas, pois suas ações se sustentam na prerrogativa de que estes jovens estão mais propensos a entrarem no mundo do crime, ou seja, o que para os jovens é violência para os policiais é entendido como ação de prevenção da violência.

Uma das primeiras características que deve ser levada em consideração é o fato da violência têm múltiplas raízes, de identidade complexa e que “ocorre de forma pulverizada”, ou seja, a violência nas sociedades contemporâneas se apresenta de forma difusa e multifacetada. Dessa forma, “é preciso colocar o termo “violência” no plural o que contempla tanto o âmbito individual quanto o coletivo” (MINAYO, 2006, p.12).

Por outro lado, adverte Rifiotis (2006), a conceitualização da violência não pode ser centralizada em aspectos explicativos únicos, sejam eles, culturais, políticos ou econômicos.

Dentro da dinâmica do bairro é preciso primeiramente distinguir a violência partir de duas concepções: a) *violência física*, aquela que atinge diretamente a estrutura corporal e pode ser manifestada nos homicídios, nas agressões e nas violações a o patrimônio; b) *violência moral e simbólica*, aquela que exerce a dominação cultural, ofendendo a dignidade e desrespeitando o direito do outro. Esta última vem sendo diretamente representada principalmente pela suspeição policial, que nas abordagens agride de forma moral e simbólica os moradores, como afirma o entrevistado: “a polícia já chega logo parando a gente e dizendo te ganhei vagabundo, levanta a mão aí” (MORADOR, Estudante, 2014).

Essas produções da violência simbólica segundo Pierre Bourdieu (2004) atuam como instrumentos de dominação, já que “a violência simbólica impõem uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominante” (BOURDIEU, 2004, p.31). Para o autor esse tipo de fenômeno produz uma violência não percebida, silenciosa que agride diretamente a alteridade do outro.

Hannah Arendt (2004), afirma que a violência na modernidade é instrumental, racional, que busca sempre uma justificativa para quem a comete. A violência distingue-se do poder, pelo fato de seu caráter instrumental. Assim, a violência para a autora em aspectos fenomenológicos, está mais próxima do vigor³, “posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejadas e usadas com o propósito de multiplicar o vigor natural” (HANNAH ARENDT, 2004, p.63).

Segundo a autora, as ações violentas são um modo de dar publicidade a uma demanda não atendida, não vista pelo poder público. Um exemplo disto está representado na figura dos *catraieiros*⁴, que se organizaram para fazer justiça com as próprias mãos, na justificativa de que os órgãos de segurança pública não conseguem conter os diversos assaltos que suas embarcações veem sofrendo (MORADOR, Catraieiro, 2014).

Por outro lado, as ações dos *catraieiros* representam um dos elementos que segundo Machado da Silva (2004), compõem o que ele chama de “sociabilidade violenta”, ou seja, elementos que surgem e se desenvolvem nos dias atuais, baseando-se especificamente em recursos da violência, “uma nova sociabilidade marcada por suas próprias táticas, por suas próprias informações e próprias linguagens específicas a um novo modo de vida” (MACHADO DA SILVA, 2004, p.55). Seguindo o raciocínio do autor, as ações violentas não são mais um conjunto de comportamentos isolados, mas sim uma representação da estrutura social do bairro.

A percepção dos significados da palavra violência revela a ambiguidade característica de um sistema social. A violência é uma construção social ambígua, percebe-se um alargamento no campo semântico da palavra violência, o que não é sinônimo do aumento da criminalidade. Em verdade, o que se produz nos dias atuais é uma grande carga negativa para o fenômeno. As definições de violência não se referem apenas a realidades concretas, mas a

³Segundo Hannah Arendt (2004, p.20), existe uma distinção entre violência e vigor, porém, “O vigor, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras pessoas, mas sendo essencialmente diferente dela”.

⁴Dono de embarcação que faz transporte de pessoas ou mercadorias para as diversas Ilhas do Pará e do Amapá, os *catraieiros* geralmente ficam ancorados nas imediações do bairro.

um sistema de classificação que orienta a nossa percepção dos fenômenos da violência (Cf. RIFIOTIS, 1996, p.287).

Para não cairmos no erro de problematizar o recorte da pesquisa a partir de uma carga negativa alimentada pela “*acumulação social da violência*”, Porto (2002, p.13) nos traz uma contribuição significativa. Para a autora, a violência não se produz apenas em um ambiente específico, ou não pode ser compreendida como uma ação relacionada somente a uma classe social. A violência não pode ser atribuída tão somente a grupos de indivíduos menos favorecidos, que neste caso é a maioria no bairro. Cair neste erro é excluir as camadas mais privilegiadas como protagonistas das manifestações de violência.

O medo passa a ser um sentimento presente e constante, um sentimento de insegurança permanente que já foge as fronteiras da comunidade ameaçando a sociedade como um todo. Esse fenômeno difuso e múltiplo representa na estrutura social uma gama de eventos violentos. Daí faz-se necessário tratar a violência como o estudo das violências.

Segundo Michel Misse, “Não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (MISSE, 1999, p.43). Para o autor o fenômeno da violência é a princípio uma definição de contraposição à idealidade positiva de paz social. O que é chamado de violência na realidade é a antecipação dos atos violentos, portanto a produção das violências.

Quadro 02 – Comparativo anual das ocorrências de maior frequência registrado na U.P.C. da Baixada do Ambrósio.

Infração		ANO –2013			
		Total	Percentual	Média semanal	Média de BO por dia
1º	Roubo	52	14,6%	7,4	0,1
2º	Violência Doméstica	49	13,7%	7,0	0,1
3º	Furto	48	13,4%	6,9	0,1
4º	Porte de Arma Branca	48	13,4%	6,9	0,1
5º	Ameaça	41	11,5%	5,9	0,1
TOTAL		357	100,0%	51,1	1

Fonte: Departamento de estatística da 3ª Companhia de Policiamento Comunitário.

A tabela acima nos dá os cinco maiores casos que, segundo a polícia, foram expressivos no ano de 2013 (é importante observar, que os dados da tabela referem-se à Área Portuária de modo geral). Um panorama geral da multiplicidade de atos violentos que são produzidos pelos indivíduos que compõem a dinâmica do bairro.

Essas multiplicidades de atos violentos que acontecem no bairro são frutos do contexto atual do lugar, de um determinado momento histórico. Portanto, é preciso considerar que “aquilo que em um dado momento, numa dada sociedade, é percebido como violência varia de acordo com a natureza da sociedade considerada, configurando assim uma realidade plural, um conjunto de práticas diferentes que estão reunidos sob a mesma denominação” (PORTO, 2002, p.153).

Como vimos a minha questão central neste capítulo não está tão somente em compreender ou analisar o fenômeno da violência, mas tratá-las enquanto realidade e representações da nossa estrutura social que se inserem no cotidiano dos indivíduos e da polícia.

1.3 O lugar e a acumulação social da violência

Antes de entrar na discussão sobre abordagem policial, apresento ainda neste capítulo, o primeiro elemento que parece influenciar na suspeição policial. Esse tipo de elemento é descrito aqui como *a acumulação social da violência* (Cf. MISSE, 1999), uma estrutura invisível que adentra o imaginário social e apresenta-se como um fenômeno de práticas e modelos de condutas subjetivas que são construídas socialmente dentro da Baixada do Ambrósio.

Para Michel Misse (1999), a “acumulação social da violência” refere-se a experiências de práticas de violência que permeiam e se fixam no imaginário social a cada momento histórico, frutos de uma acumulação que alimenta cada vez mais as ações violentas que são relacionadas ao convívio social.

A acumulação é elaborada e representada por sujeitos históricos que são somados aos eventos violentos e estereótipos como, por exemplo, a ideia de que no “Brasil só dá ladrão”, aprofundando cada vez mais o mito de nossa origem nos criminosos colonizadores portugueses que teriam construído nossa índole⁵.

O que vem acontecendo em nosso país é a acumulação de padrões e práticas violentas que, somado aos processos sociais, acaba dinamizando a acumulação dessas representações,

⁵Para Paulo Prado a tristeza era resultante de causas profundas que ele se propõe em caracterizar e analisar nos quatro ensaios que seguem sua obra “*Retrato do Brasil*”. A obra procura explicar as origens remotas do atraso econômico e cultural brasileiro e dos vícios crônicos dos regimes políticos. Assim, a vida promiscua e predadora do povo brasileiro é fruto do sonho construído pela cobiça ao ouro iniciada pelo colonizador português (Cf. PRADO, 2002, p.36).

uma espécie de ressignificação dos eventos violentos a cada estrutura social (Cf. MISSE, 1999, p.10).

A acumulação social da violência somada à construção estereotipada do bandido, herdada da criminologia positivista, influência de forma decisiva na ação policial que visa às abordagens em indivíduos. Essas estruturas preenchidas de eventos históricos violentos separam e acionam dispositivos para controlar os grupos marginalizados.

Segundo Giorgio Agambem, o dispositivo é uma rede que se estabelece entre os elementos, tem sempre “uma função estratégica concreta e se configura sempre em uma relação de poder” (AGAMBEM, 2010, p.29). É um conjunto heterogêneo que envolve elementos como, discurso, instituições, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, modelos de condutas etc.

Os dispositivos estabelecidos a partir da acumulação social da violência criam e recriam padrões que tem grande influência na separação e vigilância de determinados grupos mais vulneráveis às investidas da agência policial, como por exemplo, os grupos de Hip Hop da Baixada do Ambrósio, que são sempre “confundidos” pela polícia como resquícios das gangues que se estabeleceram no passado do bairro.

Nos anos 1990, iniciou na Baixada do Ambrósio um fenômeno que foi muito recorrente a todo município de Santana/AP, a consolidação dos confrontos de gangues. Nesse período segundo o entrevistado, duas gangues eram protagonistas dentro do bairro: a *American Breack* a *RB* (Ratos da Baixada).

“A história das gangues começou por uma dança, foi dessa dança que surgiu uma grande rivalidade entre eles, agora ninguém sabe dizer por que, não se sabe se era porque alguém queria entrar em algum grupo e alguém não deixou. Sei bem que começou daí de uma dança. O confronto acontecia sempre na ponte principal que hoje é de concreto” (MARADOR, Ex-integrante da RB, 2014).

A “*American Breack*”⁶, que lutava contra as investidas da R. B. pelo espaço geográfico de dominação interna do bairro. Os limites se estendiam em toda parte baixa seguindo até o término das pontes de madeiras que dão acesso às ruas asfaltadas. A “*RB*”⁷ que tinha como espaço geográfico de dominação a parte externa do bairro, suas ações concentravam-se em toda a área alta, nas ruas asfaltadas e principalmente na Rua Jari.

⁶O nome *American Breack* faz referência ao grande sucesso do filme exibido nos anos 1990, que tinha como temática a disputa de grupos de Breack nos Estados Unidos.

⁷A *RB*, ou os Ratos da Baixada, foi inspirado no nome, Ratos do Porão uma banda brasileira dos anos 1980 de tinha como estilo musical o hardcore punk/crossover.

O que começou como grupo rival de dança ao longo dos anos passou a se tornar grupos que se confrontavam para estabelecer o domínio local. Esses grupos produziam entre eles inúmeros atos violentos que ultrapassavam as fronteiras do Ambrósio. Esses grupos ficaram marcados no imaginário social da comunidade. Hoje toda e qualquer tentativa de criação de novos grupos de dança são confundidos sempre pelos moradores e policiais como futuras formações de gangue (MORADOR, Estudante, 2014).

A ideia de que na Baixada do Ambrósio “só dá marginal” veio se acumulando ao longo do tempo desde o advento das gangues. Somado a isso outras imagens circulam no terreno fértil do bairro, como por exemplo, o “bairro dos perigosos”, o “bairro dos ladrões”, o “bairro dos traficantes” e o “bairro das prostitutas”. A acumulação social da violência não alimenta apenas a atividade policial, mas alimenta também as classificações de indivíduos nas predefinições de quem é, ou não um bandido.

Assim, indivíduos e lugares são marcados pela profunda acumulação social da violência, fortalecendo jargões como “bandido bom é bandido morto”. Esse fenômeno é em verdade, “a construção de um fantasma consistente, que espreita o cotidiano público e privado e o equaciona com outros signos, como a miséria, a desigualdade econômico-social” (MISSE, 1999, p.15).

Conforme Misse (1999), misturam-se na representação social diferentes signos da violência: “aumento de furtos e assaltos, aumento das mortes por atropelamentos, agressividade no trânsito e nos encontros cotidianos, confrontos nas ruas, entre policiais e bandidos, aparecimento de esquadrões da morte” (MISSE, 1999, p.22). Enfim, signos multifacetados, “um fantasma avolumado”, uma sensação de desordem e caos urbano, somado a isso uma polícia ineficiente.

Assim, a suspeição, é ativada a partir da acumulação social da violência que é construída no convívio social. Porém, a escolha do suspeito acaba recaindo a polícia que tem o *modus operandi* de atuar, selecionar e criminalizar os moradores. E essa seleção é carregada de preconceitos, principalmente por ser tratar de indivíduos que moram em um lugar considerado como “perigoso”.

CAPÍTULO II

ABORDAGEM, SELETIVIDADE E CRIMINALIZAÇÃO POLICIAL

2.1 A polícia: um breve histórico de atuação

A polícia como objeto de pesquisa é um tema bastante recente na historiografia e nas ciências sociais. Segundo Bretas e Rosenberg (2013), até os anos 1960, existia apenas uma historiografia oficial, que era realizada por antigos policiais. A partir de então, as grandes agitações dos anos de 1960 no cenário brasileiro (ditadura, agitações raciais, agitações estudantis etc...) contribuíram para dar maior visibilidade à atuação da polícia, transformando-a em objeto a ser problematizado no campo das ciências sociais (Cf. BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p.164).

Nos anos de 1970, a atuação da polícia militar do Estado de São Paulo abre as primeiras pesquisas como objeto de estudo no Brasil, principalmente no que se refere à atuação como um exército local nos primeiros anos da República (Cf. BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p.167).

Segundo Francis Cotta (2012), o ponto de fundação da polícia brasileira está estritamente ligado à vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Neste mesmo ano é criada a Intendência Geral de Polícia, assim como em 1809 é instituída a Guarda Real de Polícia. “Nos primeiros anos do Brasil Império não se pode fazer uma referência a uma polícia militar profissionalizada. A realidade dessas polícias é que eram frágeis, incapacitadas, pouco articuladas e indisciplinadas” (RIBEIRO, 2011, p.01).

Apesar dos poucos trabalhos que dão conta da atuação da polícia neste período, “as forças militares tinham como atividade, o patrulhamento no espaço urbano e exerciam também atividades de controle de estradas e do problema dos escravos fugidos” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p.168).

O foco principal de atuação da Intendência Geral de Polícia estava situado no controle social e na repressão exercida em um contexto de uma cidade escravista. O policiamento estava dirigido para a perseguição de escravos que se rebelavam contra a corte portuguesa. Nota-se que para esse período o público alvo das forças militares concentrava-se em negros foragidos.

Segundo Sócrates Mezzomo (2005) o modelo de atuação da polícia sofre uma mudança significativa após a guerra do Paraguai (1863-1870). A partir desta data a sua subordinação passa a ser direta ao exército. Neste contexto os policiais militares passam a

servir nas unidades de infantaria e a seguir os modelos de atuação do exército, ou seja, atuando “menos nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado” (MEZZOMO, 2005, p.29).

Os modelos de patrulhamento e de controle da ordem passaram a ter como referência os treinamentos do exército, colocando os sujeitos como perigosos na medida em que estes fossem de encontro às vontades do império. O principal alvo da polícia neste contexto eram os indigentes, os pobres, os estrangeiros e principalmente os escravos. “dentre as práticas vistas como negativas por parte da polícia destacavam-se as várias formas de aglomerações de pobres urbanos (encontros nas ruas, aglomerações nos botecos, música, conversas em voz alta e demais barulhos, vadiagem, a prática da capoeira)” (Rodrigues, 2011, p.14).

A proximidade entre as polícias e o exército, não está apenas na adoção do *ethos* militar, mas em uma série de práticas comuns existentes entre as duas organizações, principalmente no modelo de estruturação organizacional (Cf. MEZZOMO, 2005).

Segundo Mezzomo (2005), com a proclamação da república em 1889, os estados começam a se tornar mais autônomos, e ao mesmo tempo começam a serem criadas as forças policiais. A atual polícia militar estadual nasceu da Guarda Real de Polícia que foi criada no Brasil império. Deste modo, as práticas e os modelos viciosos e preconceituosos da polícia imperial acompanharam a instituição das polícias autônomas estaduais. “As antigas províncias ao se tornarem estados ‘autônomos’, trataram de se organizar em pequenos exércitos estaduais chamados ‘forças públicas’ ou ‘brigada’ ou outras designações regionais” (MEZZOMO, 2005, p.25).

Para Terra (2010), a Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República, aprofundaram ainda mais a condição dos pobres e dos negros livres rotulando-os como “classes perigosas” pelas elites dominantes. Alguns dos escravos libertos desamparados economicamente pela República passaram a fazer parte de grupos urbanos envolvidos em práticas ilícitas, ao passo que, os mesmos utilizavam-se do uso da capoeira como instrumento de ataque e de defesa contra as investidas das forças policiais (Cf. TERRA, 2010).

Consequentemente os indivíduos que praticavam a capoeira ocasionavam um tipo de ameaça à lei e à ordem da cidade. Assim, o foco central de atuação da polícia nesse contexto estava nos indivíduos praticantes desta modalidade, aprofundando ainda mais a criminalização dos negros livres.

Por outro lado, a guerra de Canudos alimenta profundamente a perseguição das forças policiais contra outros indivíduos como, por exemplo, os membros de grupos que tentavam se organizar politicamente contra a ordem da República Velha. A partir desse evento a polícia

militar teve intensa participação na luta contra as rebeliões e revoltas ocorridas no território nacional.

Entretanto, nos últimos anos da República Velha, todos esses grupos rotulados como classes perigosas passaram por um processo de demarcação física e social, por meio de teorias influenciadas pela Escola da Criminologia Positivista⁸. Neste contexto, vários juristas brasileiros alimentaram os ideais de uma nova concepção de direito penal, fundada sobre os princípios da escola positivista, principalmente as ideias de Cesare Lombroso (1871) e as ideias de Enrico Ferri (1914) (Cf. ALVAREZ, 2002, p.694).

Segundo Rodrigues (2011), o medo das elites perante os escravos e a presença da pobreza urbana nas metrópoles mais desenvolvidas no país, evidenciaram “a criminologia como detentora do conhecimento voltado para a compreensão do homem criminoso e para o estabelecimento de uma política científica de combate à criminalidade” (RODRIGUES, 2011, p.12). Assim, a força policial passou a assumir o potencial de exercer o controle social necessário para reprimir a criminalidade local sobre a influência das teorias positivistas.

A partir da consolidação do Estado Novo e os Estados mais centralizados, a atuação da polícia no Brasil passa a ser definida como as forças de reserva do Exército voltadas para a segurança interna e local. Getúlio Vargas envolvido intimamente com as forças do Exército desestruturou todo o aparato bélico das polícias militares provocando um abandono estrutural e organizacional durante o seu governo. Coube aos Estados dar mais atenção à organização e a atuação da polícia. A política de Vargas atrelou de vez a polícia militar sob a responsabilidade de cada Estado no Brasil (Cf. RIBEIRO, 2011).

A ditadura militar no Brasil (1964-1985), se mostrou como período significativo para mudanças na atuação da polícia. De caráter autoritário e nacionalista, a ditadura militar foi instituída pela violação dos direitos políticos de todos os cidadãos. Neste contexto, as ações violentas praticadas pelas polícias militares estaduais baseavam pelos sucessivos Atos Institucionais (AI) e principalmente pela Lei de Segurança Nacional de 1969.

A Lei de Segurança Nacional do regime militar teve um importante papel na atuação violenta realizada pelos policiais. Deste ponto, iniciava-se um grande cenário de repressão cometido pelos policiais contra os cidadãos brasileiros. O crime de opinião, o crime político, o crime de subversão, eram os principais alvos dos policiais durante todo o patrulhamento nos centros urbanos.

⁸Sobre os principais autores da criminologia positivista, no próximo tópico deste capítulo irei fazer uma discussão sobre essas ideias e como elas são herdadas para os dias atuais.

Os jovens estudantes eram os mais visados pelos policiais, principalmente aqueles que se reuniam para fazer as manifestações e os protestos. Durante todo esse período de regime militar os indivíduos considerados como subversivos eram abordados, presos e muitos ainda eram torturados.

Conforme Mezzomo (2005), a partir da ditadura militar, as polícias configuraram-se como um modelo de policiamento pautada na repressão e nas práticas violentas como forma de manutenção da ordem pública. Dito isto, a experiência brasileira nos últimos anos de policiamento passa a ser descrita por modelos ou tipos que estão em disputa em diversas instituições militares pelo país.

Já no Estado do Amapá, a precursora da polícia militar foi a Guarda Territorial criada em 1943. A Guarda Territorial de caráter civil e entre suas atribuições misturava serviços de segurança pública e auxiliava na construção civil atuava especificamente na ainda tímida cidade de Macapá/AP (POLICIAL, 2014).

Sobre a polícia militar do Amapá, não se tem uma historiografia e/ou um trabalho oficial que remonte à atuação neste período. Sabe-se, que assim como foi em outras capitais brasileiras, a polícia era comandada por oficiais oriundos do exército Brasileiro. Em 1975 oficialmente foi criada a polícia militar. Ela possuía um efetivo formado por trinta e oito oficiais do Exército e três oficiais pertencentes à polícia militar de Sergipe, enquanto que os sargentos foram formados nas polícias militares de Minas Gerais e Goiás.

Seguindo a atual linha de atuação da polícia, Tavares dos Santos (2009), afirma que existem quatro tipos-ideais de polícia que disputam a hegemonia dentro dos quartéis:

Tipo-ideal Autoritário: tem como principal foco o controle da sociedade pelo uso da força. Seria uma Polícia dura e baseada no princípio da “lei e ordem”. Típico de países de regime autoritário, porém também tem previsão em países democráticos, porém de forte cultura conservadora;

Tipo-ideal Técnico-Profissional: um modelo de gerenciamento, ou seja, transferência de conceitos da iniciativa privada para o poder público. As alterações na gestão do trabalho policial é o foco dessa orientação de instituição;

Tipo-ideal de Polícia Comunitária: Modelo de caráter preventivo tem na figura do policial de bairro (baseado em comunidades) o seu principal pivô de atuação prévia e a posteriori do conflito;

Tipo-ideal de Polícia Cidadã: prevê um policiamento direcionado para a manutenção da paz, promoção de justiça, investigação e inibição dos crimes, gerenciamento do risco, respeito ao estado democrático de direito e ao equilíbrio que deve existir entre liberdade e segurança. O ponto principal que difere o modelo de Polícia Cidadã e Polícia Comunitária refere-se, em

especial, ao trabalho de educação policial, eis que no primeiro modelo há uma enorme ênfase na orientação pela garantia dos direitos humanos.

De forma categórica Tavares dos Santos ilustra bem o cenário ideológico que as polícias tendem em seus processos de atuação na sociedade brasileira, modelos e tipos que cada vez mais são tomados como fontes para a problematização do real alcance de sua aplicação, sejam porque não atendem a expectativa da comunidade, ou seja, pelo modelo truculento e violento de realizar o policiamento ostensivo.

Independente do modelo em disputa percebe-se que os problemas que hoje são propostos em relação à questão policial brasileira giram em torno de antigas práticas e vícios introduzidos pelas primeiras forças policiais instituídas ainda no período imperial. Somado a isso, uma polícia com práticas de vigilância e abordagens que carregam nas suas ações as antigas e atrasadas ideais da escola da criminologia positivista.

2.2 A herança da criminologia positivista

Cada vez mais, a violência urbana vem se manifestando em nosso cotidiano, e neste cenário a figura do criminoso ganha destaque na grande mídia e nas instituições de segurança pública. A espetacularização da imagem do criminoso fica cada vez mais pulverizada em nossa sociedade. Assim, a partir destas linhas discuto como em pleno século XXI, vê-se a manutenção das ideias da chamada criminologia positivista alimentando o imaginário social acerca do crime e do criminoso, teses como a de Cesare Lombroso (1871) e de Enrico Ferri (1914) que afirmam que a partir das características físicas ou sócio-econômicas seria possível identificar sujeitos propensos a uma vida criminosa.

A obra *L'Uomo delinquente*, escrita por Cesare Lombroso publicada em 1871 inaugura os primeiros estudos da criminologia positivista. Escola que teve como base o método positivista para classificar os criminosos a partir da categoria do delinquente “nato” (Cf. RAUTER, 2003, p.30).

Em seus estudos, Lombroso distinguiu seis tipos de delinquentes: o nato (atávico); o louco moral (doente); o epilético; o louco; o ocasional e o passional. Para fins desta pesquisa vou me atentar apenas a classificação do criminoso nato, que segundo o autor, “é um modelo acabado de um evolucionismo às avessas, repetindo o homem primitivo com instintos bárbaros” (LOMBROSO, 2007, p.201), em outras palavras, alguém que já nasceu para a vida do crime.

O autor destaca, que a anormalidade do criminoso nato se expressa a partir de características físicas, que vão dos zigomas enormes à cor negra dos cabelos. Sua anomalia é identificada pelas características a partir de elementos como:

(...) Assimetria do crânio, fosseta occipital média, maior desenvolvimento da região occipital em relação à frontal, fronte fugidia, assimetria facial, proeminência de seios frontais (...). má formação da orelha (...). falta de barba (...). predomínio da grande envergadura sobre a estatura (LOMBROSO, 2007, p.183).

Para Lombroso alguns indivíduos já nascem com certas características que são típicas ao criminoso nato, características que são facilmente identificadas pela aparência física. Logo, para as instituições de segurança pública os indivíduos que apresentassem essas características estariam mais propensos a cometer crimes, e estes deveriam ser submetidos aos cuidados da justiça e das instituições de segurança.

Nos trabalhos de Rodrigues (2011), Andrade (1997) e Reis (2002), há uma concordância sobre a influência dos estereótipos da aparência física do criminoso nato na suspeição policial. Constata-se nas suas pesquisas que os elementos corporais definem quem é, ou não um suspeito, a partir da lógica do criminoso nato.

Segundo Rodrigues (2011), “o pensamento social no Brasil com relação ao campo criminal foi, em grande parte, absorvido pelas teorias pseudo científicas” (RODRIGUES, 2011, p.11). Que alimentam estereótipos de um criminoso nato, partindo do pressuposto de uma tendência biológica fundamentada em dados de ordem antropométricas⁹. Para o autor essas teorias alcançaram uma grande disseminação no campo jurídico e nas instituições de segurança pública, e principalmente na atividade policial.

Para Andrade (1997, p.9), “no trabalho policial cria-se uma cultura de estereotipar determinados indivíduos que, dependendo da região onde estão são taxados como suspeitos”, utilizando-se de fontes estabelecidas pelo método de classificação positivista de Lombroso.

Já para Reis (2002), a ideia de Lombroso sobre as classificações de indivíduos com potencial para o crime ainda persistem na sociedade moderna e constituem-se como fonte inspiradora da suspeição policial, elementos como, “a presença de tatuagem pelo corpo, sinais ou cicatrizes, tipos de cabelo e até mesmo a cor da pele” (REIS, 2002, p.181), são ainda fortemente utilizados na suspeição.

⁹Técnica que é baseada na interpretação das feições humanas.

Retomando às ideias de Lombroso, a tatuagem é algo que marca e rotula o homem delinquentes, que, por sua vez, tatua-se apenas por ociosidade, por espírito de vingança, por vaidade ou por paixão. Durante a pesquisa de campo, constatei que a tatuagem aparece como um dos principais elementos que rotulam os indivíduos durante a suspeição policial.

O cidadão que carrega uma tatuagem no corpo, e aí depende muito do significado dela, serão abordados e revistados sempre, porque as tatuagens falam por si só, algumas são bem conhecidas por nós, exemplo, tatuagens que simbolizam matadores de policiais, assaltantes, homicidas, traficantes, enfim, varia de tatuagem para tatuagem, as tatuagens facilitam muito na abordagem (POLICIAL, 2014).

Dos policiais entrevistados, pelo menos quatro responderam que durante a suspeição, a tatuagem apresenta-se como indicador quanto ao tipo de elemento que o indivíduo carrega no corpo. Para a polícia, os significados das tatuagens já estão predefinidos pela instituição, isso significa dizer, que se um cidadão desavisado usar uma tatuagem com os significados estabelecidos pela suspeição, ele será marcado como suposto criminoso. E o crime que ele irá carregar vai variar de acordo com sua tatuagem, ainda que no seu corpo não apareça evidências que este esteja prestes a cometer algo ilícito.

As ideias de Lombroso criadas no século XIX reforçam os estereótipos do criminoso que são vivenciadas nos dias de hoje. Essas teorias sustentam a ideia de que o criminoso não é vítima das circunstâncias sociais, mas sim, um resultado da “hereditariedade do mal”, ou seja, sofrem pela tendência atávica¹⁰, sustentando a ideia de que todo criminoso é um doente.

Cesare Lombroso influenciou os estudos posteriores de Enrico Ferri (1856-1929), nas áreas do Direito Penal, da Criminologia positivista e da Medicina Legal. A tese sustentada na obra Sociologia Criminal publicada em 1914 recebeu o nome de “Contra o livre-arbítrio”, ou seja, a negação da escolha do homem pela efetuação de um crime. “O criminoso neste sentido, é determinado por inúmeros fatores, sejam psicológicos, biológicos, sociais e climáticos” (FERRI, 2004, p.64). Para o autor, o criminoso afetado pelo fator social está preferencialmente entre as camadas mais pobres da sociedade, o que reforça a ideia de que o criminoso é um indivíduo com poucos recursos econômicos.

Enrico Ferri (1998), afirma que o criminoso não é apenas fruto exclusivo de características patológicas individuais, mas de acontecimentos que combinam o estado “natural e social¹¹”. Para ele, a criminalidade é um fenômeno social que produz sua própria

¹⁰Reaparecimento, num descendente, de um caráter presente só em seus ancestrais remotos.

¹¹Enrico Ferri (1998) refere-se a uma combinação de indivíduos que nascem e convivem no seio da pobreza.

dinâmica a partir da influência do fator econômico. Consequentemente, o ambiente de pobreza reforça o “estigma” da criminalidade em indivíduos e locais.

Segundo Erving Goffman (2012, p.7) existem três tipos de estigmas nitidamente diferentes. Os estigmas atribuídos às abominações do corpo. Outros atribuídos, às culpas de caráter individual (percebidas como vontade fraca, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio etc...); e por fim, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e “contaminar” por igual todos os membros de uma família.

Portanto, a figura do suspeito a partir do estigma e a escolha do policial, sustenta-se também nessas três categorias descritas por Goffman; as *abominações do corpo*, a partir do biótipo do sujeito; nas *culpas de caráter individual*, como alcoolismo e desemprego, condição a qual alguns indivíduos se encontram; e nos estigmas de *caráter tribal*, como na associação do negro como possível criminoso.

Como vimos anteriormente, a formação histórica-social da Baixada do Ambrósio é constituída de uma região pertencente às classes menos favorecida da cidade, um lugar onde os indivíduos convivem com a extrema pobreza, um campo que segundo as referências de Ferri, é propício para o surgimento de delinquentes¹².

Na pesquisa, todos os policiais entrevistados afirmaram que o grande número de pessoas vivendo em condições econômicas desfavoráveis contribui para o aumento dos índices da violência no bairro. Essa afirmativa reforça a grande influência que as ideias de Ferri têm na atividade policial nos dias hoje.

Esses jovens com poucas condições financeiras acabam entrando no mundo do crime mais cedo, porque eles não têm como manter seus vícios, não tem como comprar objetos matérias (celular, relógio, cordão de ouro, etc...) que eles desejam, e acabam cometendo pequenos furtos em busca de comprar esses objetos e manter um status melhor (POLICIAL, 2014).

Enrico Ferri (2004) classificou o criminoso a partir de cinco categorias: *nato*¹³; *louco*; *ocasional*, aquele que comete delitos hora ou outra; *habitual*, aquele que faz do crime sua profissão, e o *passional*, aquele que é levado por um movimento súbito de violência.

¹²Um contra ponto às ideias de Ferri referindo-se a pobreza como possível indicador da criminalidade, está nos trabalhos de Alba Zaluar (2004), segundo ela, o que vem acontecendo em comunidades com alto índice pobreza, é a mediação do tráfico de drogas entre *a pobreza urbana e a criminalidade*, ou seja, o tráfico fornece para a criminalidade a mão-de-obra de jovens pobres da sociedade que se encontram sem alternativa de trabalho e acabam sendo aliciados por traficantes para a composição do crime organizado. E não necessariamente que todo pobre está condenado a uma vida de crimes.

¹³A categoria de criminoso nato é o mesmo descrito pelo Lombroso.

O delinquente habitual é “aquele que nasceu e cresceu em um ambiente de pobreza tanto material quanto moral, especialmente aqueles que vivem em meios urbanos, onde o ambiente é propício para cometer pequenos delitos” (FERRI, 2004, p.163). Isso segundo ele se deve pela falta de oportunidade e pela aprendizagem do meio social, o que consequentemente esses indivíduos fazem do delito seu modo de vida (Cf. FERRI, 2004).

Na fala do policial entrevistado, fica evidente que a atuação policial no bairro é baseada na associação automática entre a pobreza e o crime. Parte dos policiais acredita, que todo pobre tem tendência a ser criminoso e, principalmente os jovens, estão mais propensos a serem condenados pela suspeição policial.

No entanto, cabe refletir que não só os pobres são condenados pela herança da escola positivista. Mas grupos como o das mulheres e o grupo dos menores (Cf. FERLA, 2005).

Segundo Ferla (2005, p.220) estes grupos também passaram por um processo histórico de marginalização, ao qual, eram tidos como grupos perigosos. Apesar de o mundo feminino ser ainda em grande parte “da vida doméstica”, a figura de perigo social recaía sobre a prostituta, que era vista como doente e perigosa ao convívio social. Já os menores também tratados como perigosos pela escola positivista, seriam destinados às prisões alternativas para que esses indivíduos não pudessem povoar as ruas e cometer pequenos delitos.

Sob forte influência da escola positivista, esses grupos respectivamente foram categorizados como: perigosos e desocupados, que precisavam ser contidos do convívio social. Então, coube a polícia o papel de selecionar esses grupos tidos como “anormais”.

Grupos categorizados como perigosos estão mais próximos de ser rotulados como “anormais”. Isso implica dizer, que quando a polícia percebe o criminoso como “anormal” ela está utilizando-se da herança da criminologia positivista, que trata o criminoso como monstro humano.

Para Michel Foucault (2010), essa noção de monstro humano é apenas uma noção jurídica, uma noção a partir de alguém que viola as leis.

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica (...). pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. (...) o campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer “jurídico”. (...) digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido (FOUCAULT, 2010, p.47).

A noção de monstro humano que recai sobre o criminoso, é para Foucault, uma noção apenas que combina o proibido com o impossível. O criminoso é “aquele que rompe o pacto,

quando precisa ou tem vontade, quando seu interesse manda, quando num momento de violência ou de cegueira ele faz prevalecer à razão do seu interesse” (FOUCAULT, 2010, p.80). O bandido, nesse sentido, é um monstro acima de tudo, porque viola o pacto social naturalizado, e principalmente, ele viola o direito de propriedade.

Como vimos, tanto Lombroso quanto Ferri, a partir da categoria do criminoso nato iniciada no século XIX, contribuíram para aprofundar ainda mais as características do suspeito, uma herança utilizada ainda nos dias de hoje. Dessa forma, a fundada suspeita continua justificada em características fortemente marcadas por essas teses, é o que eu discutirei no próximo capítulo.

2.3 Fundada Suspeita: ação policial que antecede a abordagem

Não é de hoje que a busca pessoal realizada pela polícia militar vem sendo bastante criticada por diversos segmentos da sociedade, ainda que sua normatização esteja prevista no artigo 244¹⁴ do Código de Processo Penal, a fundada suspeita apresenta-se ainda atualmente como vaga e subjetiva dependendo do ponto de vista do policial.

Em tese, qualquer cidadão que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, pode ser parado e revistado em uma ação policial rotineira ou especial de prevenção à criminalidade. Porém, na prática, não é isso que acontece. Apenas alguns indivíduos serão escolhidos e sabe-se que essa escolha não é aleatória, mas seletiva, que depende em larga medida de critérios prévios e subjetivos da fundada suspeita (Cf. RAMOS; MUSUMECI, 2004).

Para Michel Misse, a figura do suspeito é um “mecanismo ativado por signos que quebram a expectativa de confiança e que ativam uma atenção seletiva culturalmente acumulativa” (MISSE, 1999, p.71). É o processo pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar no que é representado como um bandido.

Cabe lembrar que durante o trabalho ostensivo realizado pela polícia, a suspeição policial pode ocorrer fora do contexto da ocorrência, a qualquer momento dependendo da vontade dos policiais, ou ainda, sem informações preliminares e concretas para fundamentar a suspeição, conseqüentemente, essa falta de informação pode está mais aberta ao acionamento de estereótipos e preconceitos durante a abordagem (Cf. RAMOS; MUSUMECI, 2004).

¹⁴Art. 244. “A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar” (C.P.P. art. 244).

Conforme Nucci, “A suspeita é uma desconfiança ou suposição, algo intuitivo e frágil por natureza, razão pela qual a norma exige fundada suspeita, o que torna aparentemente o termo mais concreto e seguro” (NUCCI, 2007, p.502). Para o autor, a polícia utiliza-se do termo apenas para camuflar a subjetividade do policial na hora das abordagens, justificando que, quando um policial desconfia de alguém, ele não pode valer-se, unicamente, de sua experiência, mas sim de um conjunto de critérios de indiquem que o indivíduo esta prestes a cometer um ato criminoso. Daí então, o termo fundada suspeita parecer uma suposição concreta.

Durante a pesquisa de campo constatou-se que a fundada suspeita tem, ao menos, duas facetas: na primeira, a acusação é um ato subjetivo que depende de elementos como, características, lugar e atitude suspeita; na segunda, a acusação é sistemática e estigmatizada, ou seja, alguns indivíduos são marcados pelos crimes que outrora cometeram dentro da comunidade, e a partir destes eventos, sempre serão abordados pela polícia.

Nas análises de Kant de Lima (1989, p.66), a polícia exerce uma ação de caráter inquisitório transmitido e reproduzido nas práticas policiais. Ações que produzem e reproduzem verdades que influenciam diretamente o seio comunitário, ou seja, de maneira “não oficial”, a polícia efetua punições aos indivíduos, passando a sensação de que os abordados são possíveis transgressores da ordem.

Já para Andrade (1997, p.1), a expressão “fundada suspeita” é vaga e subjetiva, e abre um leque enorme de conflitos existentes sobre o alcance da ação, ou seja, a suspeição policial é um terreno fértil para interpretações, subjetivas, estereotipadas, estigmatizadas, preconceituosas e racistas.

A atividade que tem como finalidade o primeiro contato físico do policial com o suspeito e é baseada na suspeição, é conhecida popularmente por “baculejo”, “revista”, “dura”, e entre outras denominações que varia de região para região. Essas expressões fazem referência ao ato realizado pelo policial, quando ele desenvolve a ação de procurar no corpo do indivíduo “instrumentos” que lhe aponte uma conduta possivelmente criminosa¹⁵. Neste caso a abordagem policial é entendida como a maneira pela qual o policial tende a evitar possíveis crimes ou infrações.

No Brasil, a Constituição Federal em seu artigo 144, que trata da segurança pública prevê que a polícia militar é uma das instituições do Estado que tem como missão garantir a ordem e a segurança dos cidadãos.

¹⁵Caso curioso é como o policial entrevistado define a abordagem, “a abordagem policial é o cartão de visitas da polícia militar ao cidadão” (POLICIAL, 2014).

A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II – polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpo de bombeiros militares (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Assim, para garantir a preservação da ordem pública, a polícia militar deve realizar o policiamento ostensivo. O que significa dizer, que os policiais amparados pela lei, podem trabalhar realizando diariamente várias abordagens com a finalidade de conter ou prevenir atos criminosos.

A PM do Amapá através do P.O.P. (Procedimento Operacional Padrão), esclarece que o policiamento ostensivo é uma modalidade de polícia de manutenção da ordem pública, exclusivo da Polícia Militar: “O policial militar, no geral, deve possuir uma só tendência e um só esforço, *apreservação da vida*. Assim, as normas entendidas como regra, preceito, modelo, lei, disposição legal não pode ser modificada pela vontade particular” (Cf. GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ, POP/0018, 2008).

Nesse sentido, o primeiro elemento que se deve problematizar no P.O.P., é o fato da polícia militar tratar a “*preservação da vida*”, apenas como um viés físico, ou seja, para polícia a preservação da vida no sentido moral é descartada, haja vista que a abordagem policial apresenta-se sempre como uma atividade carregada de violência moral¹⁶.

É importante ressaltar também, que a abordagem policial conflita com o artigo 5º, X da Constituição Federal que dispõem: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (C.F., 1988). Esse conflito questiona ainda mais qual o verdadeiro sentido da “*preservação da vida*” segundo o P.O.P.

Para Cardoso de Oliveira (2008, p.137), a agressão moral é sempre um ataque contra a dignidade da vida, um desrespeito a direitos que requerem respaldo institucional, é um processo de desvalorização da identidade do indivíduo. Por outro lado, a dimensão moral das abordagens é totalmente descartada de qualquer tipo de avaliação.

De modo geral, o que parece, é que a violência moral não é captada pela linguagem do direito, ou seja, as relações entre as pessoas são pensadas como relações entre coisas sem

¹⁶Segundo Cardoso de Oliveira (2008, p.136), são duas as principais características do fenômeno: a) “trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não podem ser adequadamente traduzidas em evidências materiais; e, b) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro”.

qualquer dimensão moral. A princípio a abordagem policial apresenta-se como uma forma de violência moral produzida pela polícia militar.

O P.O.P., a partir de suas diretrizes estabelece quatro níveis de abordagens, que variam de acordo com o grau de suspeição do policial. Entre esses níveis, de modo oficial alguns podem apresentar ações legais que venham a constranger os abordados.

1) Abordagem nível (1) – é um tipo de abordagem realizada a partir de ações mais cautelosas. “O policial deve realizá-la de uma forma bem simples, sem qualquer tipo de constrangimento” (POP/0018, 2008). Segundo o entrevistado, “é uma abordagem que visa apenas à orientação, sem qualquer tipo de contato físico, em muitos casos visa apenas à verificação de documentos” (POLICIAL, 2014). Para esse tipo de abordagem e dos demais, é importante ressaltar que a suspeição policial já acontece, dependendo em larga medida da subjetividade do policial, ou seja, toda e qualquer ação de abordagem independente do nível é motivado pela suspeição do policial.

Imagem 03: abordagem nível um



Fonte: www.agenciaamapa.com.br. Acesso: 2014

2) Abordagem nível (2) – É a abordagem realizada que permite o contato físico entre o policial e o suspeito. “Neste nível já é realizado a busca pessoal, a abordagem é aplicada com o mínimo de constrangimento (POLICIAL, 2014). Recomenda-se para esse tipo, que o policial deve empunhar sua arma na posição “pronto baixa¹⁷” (POP/0018, 2008).

¹⁷Durante a abordagem o policial deve permanecer com a arma empunhada para baixo apontando-a durante toda a ação para o solo.

Imagem 04: abordagem nível dois



Fonte: P.O.P 008/2007 – PM Amapá

3) Abordagem nível (3) – “É aquela realizada quando há ‘grande suspeição’, onde os indícios são fortes” (POP/0018, 2008). “Nesse nível o constrangimento aos abordados será relativamente desconsiderado, em razão da possibilidade iminente de reação deles” (POLICIAL, 2014). Para esse nível, os policiais atuam de forma constrangedora apenas porque acreditam que os suspeitos poderão reagir à ação do policial, uma ação extremamente subjetiva.

Imagem 05: abordagem nível três



Fonte: CAVALCANTI, 2013.

4) Abordagem nível (4) – “É aquela realizada quando os abordados são encontrados na flagrância do delito, ou logo após, com objetos ou condutas que façam presumir serem eles os autores do fato delituoso” (POP/0018, 2008). “Nesse nível é permitido o constrangimento, os abordados devem ser colocados sempre em posição horizontal ao solo” (POLICIAL, 2014).

Imagem 06: abordagem nível quatro

Fonte: www.brasilmegarp.com. Acesso: 2014

Sobre os quatro níveis de abordagem que foram citados no texto, quando confrontadas com as entrevistas realizadas com os moradores da Baixada do Ambrósio, são perceptíveis que há uma enorme contradição entre o que diz cada nível no P.O.P., e de como os policiais aplicam nas abordagens.

Durante as entrevistas, percebi que na fala dos moradores estava muito presente o fato da polícia militar utilizar quase que majoritariamente a abordagem de nível (3) dentro da comunidade. Para os moradores, essas abordagens acontecem sempre com indivíduos que já estão sob vigilância dos policiais, ou seja, indivíduos que supostamente podem vir a cometer atos delituosos. Os chamados “velhos conhecidos da polícia” (MORADOR, Comerciante, 2014). Sobre a abordagem de nível (4) os moradores afirmam que essas ações acontecem principalmente quando há indícios de assaltos nas pontes ou em abordagens no horário da madrugada.

Um dado interessante é que a abordagem de nível (1) que apresenta o menor nível de truculência estabelecido pelo P.O.P., não foi apontado pelos moradores como um dos mais utilizados nas atividades policiais. Essa informação nos permite refletir que para a polícia, as abordagens devem acontecer sempre com certo nível de constrangimento.

Assim como para os moradores, nas entrevistas com os policiais da U.P.C., constatei que a abordagem de nível (3) é a mais utilizada em suas ações dentro do bairro. Para os policiais, esse nível é justificado porque acontece sempre com indivíduos que a polícia já conhece, ou seja, indivíduos marcados pela reincidência de práticas criminosas e que são sempre abordados, ainda que não estejam sobre os quesitos da fundada suspeita. Constata-se que essas abordagens, já tem um público específico e é predeterminado aos sujeitos que já tem passagem pela polícia, reforçando ainda mais a marca de bandido nos suspeitos.

Ainda para os policiais, a abordagem nível (4) é justificada, “pois são realizadas sempre nas madrugadas quando o perigo é iminente e não dá para identificar se o indivíduo é ou não um morador do bairro” (POLICIAL, 2014). Na fala do policial, percebe-se que sua ação é sistemática e não aleatória, ou seja, para esse nível existe um público alvo, e é pautado sempre na figura do outro, seja porque o indivíduo não é morador da Baixada do Ambrósio, ou seja, porque ele esteja circulando no bairro durante a madrugada.

Já para a abordagem nível (1), quando perguntado aos policiais não apresentou nenhuma ocorrência durante o trabalho de campo. A justificativa está no fato, segundo os policiais, que esse tipo de abordagem é mais comum com indivíduos que não são moradores do bairro e estejam transitando durante o dia nas passarelas, ou geralmente essa abordagem acontece em bairros onde “os indivíduos apresentam um poder aquisitivo maior, não há necessidade de força policial” (POLICIAL, 2014).

Nossas abordagens aqui na Baixada são sempre os caras certo, nos elementos que estão sempre aprontando por aqui, dificilmente um cidadão de bem que mora aqui vai ser abordado, já conhecemos as figuras, então os níveis serão os mesmos, não podemos comparar, por exemplo, com abordagens realizadas na Vila Amazonas¹⁸ que são sempre abordagens de nível (1), são realizadas sempre com mais cautela (POLICIAL, 2014).

Sobre os níveis de abordagem utilizados na atividade policial constata-se que há uma divisão estabelecida a partir de indivíduos e lugares. Os indivíduos marcados por signos criminais estão mais sujeitos em receber abordagens dos níveis (4) e (3). Indivíduos que moram em bairros mais privilegiados são sempre abordados com mais cautela, ou seja, abordagens de nível (1). Assim, esses níveis de abordagens não são aleatórios, e nem dependem tão somente da fundada suspeita, mas são ativados por signos que marcam indivíduos e lugares sob a lógica da polícia.

Quando a polícia escolhe o suspeito, ela baseia-se na concepção mais simples do desvio, que é a quebra da regra do consenso estabelecido pelo grupo dominante, ou seja, tudo que varia excessivamente da regra do grupo é traduzido socialmente como uma ação desviante.

Conforme Howard Becker (2008, p.30) “o desvio é criado pelas relações de pessoas a tipos particulares de comportamentos, pela rotulação desse comportamento como desviante”.

¹⁸O bairro de Vila Amazonas é um bairro nobre do município de Santana, foi construído pela empresa ICOMI, nos anos 60, a vila é moldada a um padrão de moradia dos modelos estadunidenses e concentra na sua maioria indivíduos das classes mais elevadas economicamente.

O autor considera o desvio “como o produto de uma transação efetuada entre um grupo social e um indivíduo que, aos olhos do grupo, transgrediu uma norma” (BECKER, 2008, p.22). Por outro lado, o desviante é aquele a quem esse “rótulo” foi aplicado com sucesso.

Na lógica policial, os indivíduos que fogem aos padrões de ações “normais” de conduta social, são tratados como transgressores das regras vigentes, portanto, um desviante. Neste contexto da suspeição, o comportamento desviante é aquele que a polícia rotulou como tal.

Para Beato (2012), os grupos pouco organizados são os que têm mais chances de carregar consigo rotulações e estereótipos, pois, esses grupos, têm menos poder do que aqueles que são fortemente organizados. Assim, esses grupos com menor poder, possuem uma maior probabilidade de serem abordados, presos e “condenados” pela polícia.

Segundo Noronha e Cerqueira (2006), o uso da busca pessoal na atividade policial vem sendo utilizada, cotidianamente, como forma preventiva de verificação de pessoas suspeitas de estar cometendo ou prestes a cometer algum ilícito. Todavia, o modelo de ação policial implantado não satisfaz esta expectativa seja porque não assegura o policiamento do bairro, seja porque os próprios policiais cometem inúmeros abusos de autoridade.

CAPÍTULO III

A TRÍPLICE DA SUSPEIÇÃO: AS CARACTERÍSTICAS, A SITUAÇÃO E O LUGAR SUSPEITO

3.1 As características suspeitas

Antes de iniciar este capítulo, quero registrar, a dificuldade que foi para realizar as entrevistas com os policiais. Em primeiro lugar, falar sobre abordagem com eles é um tanto quanto problemático, porque para a polícia as abordagens nunca são uma ação subjetiva do policial, e sim uma “ação realizada a partir da vasta experiência do policial para detectar o *malaco*¹⁹” (POLICIAL, 2014). E em segundo lugar, as respostas obtidas nas entrevistas foram quase que todas carregadas de “piadinhas” sobre a figura dos jovens infratores do bairro. Em alguns casos os policiais se negavam em responder as perguntadas do roteiro de entrevistas.

Entretanto, nas respostas obtidas dos policiais, percebi que a pergunta mais contraditória para eles responderem foi: “O que leva um policial a considerar uma pessoa suspeita?”. Algumas falas ilustram bem a dificuldade:

Cara depende muito, aqui na Baixada já conhecemos os “malacos”, e sabemos quando eles estão prestes a cometer um crime. Os que vêm de fora dependem de muitos fatores, que vão desde o lugar até a atitude, varia muito dependendo da experiência do policial (POLICIAL, 2014).

Tu sabes que na cara do cidadão não tá escrito que ele é bandido, e ai depende muito, são muitos os elementos, no curso de formação aprendemos a lidar com essas situações, sem contar que a experiência do policial conta muito, afinal eu tenho vinte anos de polícia, já acumulei muita experiência de quem é, ou não um criminoso, e o lugar onde ele se encontra, é sempre a inspiração principal (POLICIAL, 2014).

Pra mim depende muito do lugar e do horário que ele esteja, e também da forma que ele olha para polícia quando é avistado por nós, ele fica logo meio desconfiado, “cabreiro”. Às vezes eles tentam sair correndo ai não tem jeito ele será abordado (POLICIAL, 2014).

Como reação defensiva para a pergunta, os policiais utilizam-se de um discurso que substitui o suspeito pela variação de três elementos que eles consideram ser mais pertinente usar: *as características; o lugar; e a situação suspeita*. Para a polícia, é a combinação de um ou mais destes elementos o principal motivador da suspeição policial, e não apenas o

¹⁹Expressão utilizada pelos policiais do Amapá para definir os jovens suspeitos, e/ou os jovens que cometem pequenos delitos de forma mal sucedida no Estado.

indivíduo. No entanto, quando essa mesma pergunta é feita para os moradores do bairro, as respostas são bem diferentes das falas dos policiais:

Aqui na Baixada? É sempre o pobre, pelo jeito de andar, e quando andamos de madrugada ninguém escapa, a não serem os meninos que vem da escola, isso se eles estiverem de farda (MORADOR, Vendedor de peixe, 2014).

A polícia revista as pessoas que estão sempre em grupo, ninguém pode nem conversar na ponte que eles revistam, sendo que os verdadeiros bandidos eles não tão nem ai (MORADOR, Dançarino de Hip Hop, 2014).

Os pretos, o pobre mal vestido, o estudante andando fora de hora aqui, é sempre esses (MORDOR, Estudante, 2014).

Para a polícia, a resposta a partir desses três elementos é de fato, uma forma defensiva para esconder a sua subjetividade na escolha do suspeito. Para os moradores, os elementos são variados, como por exemplo: a cor da pele, a forma de se vestir, o jeito de andar, a faixa etária, a condição econômica, de como se organizam e o lugar onde se encontram. Assim, as informações prestadas pelos policiais contradizem com a realidade apresentada pelos moradores.

A partir das informações prestadas pelos policiais, pude constatar que pelo menos três grupos de circunstâncias são preponderantes para a fundada suspeita. Cada grupo é analisado a partir do discurso que compõem um eixo de suspeição que foram divididos e serão discutidos de acordo com as informações dos policiais.

Na tabela abaixo, organizei alguns elementos que durante as entrevistas apareceram como fator primordial na categoria sobre *as características* dos indivíduos que são considerados como suspeitos pela polícia.

Quadro 03 – Grupo de elementos que compõem as características dos suspeitos.

A	Faixa etária que as pessoas são abordadas com frequência pela polícia	14 a 16 anos	17 a 18 anos	19 a 20 anos
B	Grupo étnico/racial que se encontra o maior contingente de indivíduos que podem ser considerados suspeitos*	Negro	Pardo	Branco
C	Tipo de traje da parte superior do corpo que o indivíduo utiliza.	Camisa de mangas longa		Camisa de mangas curta
D	Tipo de traje da parte inferior do corpo que o indivíduo utiliza.	Calça com fundo grande	Bermuda folgada aparecendo à cueca	Bermuda jeans
E	Tipo de cabelo utilizado pelos indivíduos considerados suspeitos	Coloridos, mechas loiras	Longos	Raspados

*Apenas um policial se absteve em responder, afirmando que a cor da pele não importa na suspeição.

No capítulo anterior, utilizei as teorias da criminologia positivista para problematizar de que forma as características biológicas influenciam na escolha do criminoso. Entre os entrevistados (oficiais e soldados), percebi que alguns elementos mostrados na tabela 03, são baseados a partir de informações herdadas por essas teorias, como, a cor da pele e a faixa etária.

No item (A) do quadro (3), identifiquei que mais da metade dos policiais entrevistados afirmam que os suspeitos estão na categoria com idade de 14 a 16 anos. O que demonstra que o público alvo da suspeição recai sobre os adolescentes. Para os policiais a justificativa de abordar esse grupo, está no fato de o mesmo, ser responsável pelo grande número de atos infracionais produzidos no bairro, o que conseqüentemente coloca-os como possíveis infratores.

Segundo Ramos e Musumeci (2005, p.40), a política de “guerra às drogas” contribuiu para a “demonização” dos jovens. Assim, a atenção maior está voltada para os mais jovens, principalmente aqueles que estejam próximos ao local do comércio de drogas, como no caso da Baixada do Ambrósio que segundo a polícia, existe uma grande rede do tráfico.

O item (B), referindo-se ao grupo étnico predominante na suspeição, segundo a percepção dos policiais, aponta que os indivíduos designados como negros e pardos continuam sendo a preferência pela polícia. Se somarmos o número de entrevistados, teremos quatro dos seis policiais que responderam sem pudor que a cor da pele entre negro/pardo ainda continuam caracterizando o suspeito. E apenas um policial afirmou que a suspeição não depende da cor da pele e sim da situação ao qual esteja o indivíduo. Para os policiais, não são eles que selecionam o suspeito a partir da cor da pele, mais sim a sociedade:

Esse estigma de que todo negro é bandido não foi o policial que inventou, ninguém aprende isso na academia de formação da polícia. Foi a sociedade no geral que criou esse rótulo, isso vem desde a colonização, no meu trabalho eu nunca agi assim, mais conheço colegas que escolhem suspeitos a partir da cor (POLICIAL, 2014).

Segundo Rodrigues (2011, p.2) a escravidão negra no Brasil foi determinante para o processo de exclusão social da população negra. Os grupos de capoeiras foram alvos do controle repressivo da força policial instituído pelo código penal de 1890. Para o autor, esses conflitos gerados pela vigilância do código penal da época, contribuiu para reforçar a imagem do negro como um indivíduo anti-social e atrasado.

Assim, o fato de “ser negro” é um parâmetro na construção de critérios fundamentados sobre estereótipos capazes de denunciar e identificar o “elemento suspeito” (Cf. RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.81).

No item (C), o que mais chama a atenção do policial, é o fato do indivíduo usar uma camisa de mangas longas em pleno “sol quente”, para eles isso “é um sinal claro de que o indivíduo está carregando uma arma por debaixo da camisa” (POLICIAL, 2014).

É importante destacar que esse fator pode ser combinado com outros relacionados à forma de vestir, como podemos ver nas respostas do quadro (D), quando relacionado ao tipo de calça com fundo grande que os indivíduos vestem, ou ao tipo de bermuda jeans que o indivíduo usa.

Segundo a polícia, as bermudas jeans são sempre colocadas em evidência na suspeição, “principalmente as bermudas da marca tripé” (POLICIAL, 2014). Os policiais afirmam que essa é a moda dos “Malacos”, o jeito de se vestirem. Em síntese, se o indivíduo estiver transitando nas pontes do bairro, de camisa manga longa e de bermuda jeans, existem grandes chances de ele ser rotulado como suspeito.

Nos trabalhos de Aquino e Barreira (2013, p.14) a imagem do “Pirangueiro”, personagem marcante nas terminologias associadas às atividades criminais de jovens na cidade de Fortaleza/CE, é muito semelhante à imagem que a polícia militar descreve dos “Malacos” durante as entrevistas.

Imagem 07: O Pirangueiro

PIRANGUEIRO

reconheça um.. e faça carreira!



Fonte: AQUINO; BARREIRA. Pirangueiro. SBS, 2013

Assim como o “Pirangueiro”, o “Malaco” é aquele que além de amador para cometer atos delituosos, é tido como viciado em alguma modalidade de droga. Da mesma forma que em Fortaleza/CE, em Santana/AP a imagem do “malaco” vem sendo utilizada para se referir a jovens moradores da periferia que cometem crimes na cidade.

O item (E) demonstra que da mesma forma que a vestimenta, o tipo de cabelo pode ser um forte indicador para a suspeição policial. Segundo os dados, a maioria dos policiais identificou que os indivíduos que usam cabelos coloridos, ou com mechas loiras estão dentro da categoria dos suspeitos. A justificativa dos policiais, é que essa é a marca comum utilizada pelos menores infratores no bairro.

Segundo Costa (2009, p.123) na periferia de Belém/PA e em outras periferias da região norte, a personalização do cabelo representa uma das características que identificam os membros dos fã-clubes de tecnomelody²⁰. Os jovens que participam desse movimento pintam os cabelos como forma de autoafirmação dentro dos grupos.

Por outro lado, o ritmo do Tecnomelody, é ainda visto como um estilo musical típico das periferias e das camadas populares, o que evoca percepções de violência e certa desordem nos locais das festas. Consequentemente, os jovens da periferia que pintam os cabelos para participar dos fã-clubes, estarão inseridos segundo os dados da pesquisa, como principais indivíduos sujeitos às abordagens e seletividade policial.

3.2 A situação suspeita

O segundo grupo de elementos que será analisado neste capítulo refere-se às falas utilizadas pelos policiais para justificar a situação ao qual o indivíduo pode ser considerado um suspeito. Durante as entrevistas, percebi que no discurso dos policiais, à ideia do “olhar clínico do policial” (POLICIAL, 2014), é o principal argumento para fundamentar a situação suspeita. É a partir de sua experiência de atuação nas ruas, que o policial seria capaz de identificar o suspeito.

Para Reis (2002) a situação suspeita está diretamente relacionada com o local onde o indivíduo se encontra, ou seja, em muitos casos o lugar tido como perigoso vai influenciar muito na hora de considerar um indivíduo em uma atitude suspeita. Por outro lado, “o uso do termo, associa, ainda, marginalidade com as classes urbanas pobres, desempregados ou subempregados” (REIS, 2002, p.187).

²⁰É um gênero musical popular que surgiu em Belém do Pará nos anos 2000. Agrega no ritmo gêneros como o brega tradicional, o calypso, o forró, o bolero, o merengue e o carimbó, até a música eletrônica.

No discurso policial, esses grupos, por se encontrarem em uma situação do ócio, estarão mais propensos a cometerem crimes, principalmente os indivíduos que estejam parados em uma esquina. A tabela abaixo demonstra alguns dos elementos que apareceram como fator primordial no discurso dos policiais referindo-se *a situação suspeita*.

Quadro 04 – Grupo de elementos que compõem a situação suspeita.

A	Situação quanto à maneira do indivíduo se portar em público.	Portar mais de um celular	Nervoso	Carregando um utensílio do lar
B	Quando o policial avista o indivíduo o que chama mais sua atenção.	Jeito de andar	Falar em gírias	Olhos vermelhos
C	Em qual situação o indivíduo é considerado suspeito quando estiver em uma bicicleta.	Andar com um passageiro na garupa da bicicleta	Andar em uma Bicicleta personalizada	

O item (A) do quadro (4) chama atenção para os elementos que indicam suspeição quando o indivíduo está caminhando nas passarelas do bairro. Segundo os policiais, o maior indicador desta categoria é quando uma pessoa está portando mais de um celular na mão. Para essa afirmativa o discurso do policial se sustenta na seguinte fala:

Porque que o indivíduo que carregar mais de um telefone vai ser sempre um provável suspeito? Aqui na Baixada, como todo mundo sabe, ainda existe “bocas de fumo”. Na maioria das vezes esses jovens trocam celulares por produtos entorpecentes, é comum prendermos jovens com celulares frutos de roubo. Aqui não é normal um jovem ter mais de um celular, pois como tu pode constatar o povo daqui é muito carente (POLICIAL, 2014).

Para o discurso policial, não é normal que os jovens do bairro com baixo poder aquisitivo possam ser detentores de mais de um celular, automaticamente, a polícia cria uma imagem negativa sobre os indivíduos e os objetos que estes possam portar em mãos, associando a imagem do jovem como um possível consumidor de drogas.

Misturam-se na situação suspeita, outros elementos deste grupo como, por exemplo, o nervosismo. Para a polícia, quando um cidadão se depara com um policial e fica nervoso é sinônimo claro de que ele fez alguma coisa: “se tá nervoso é porque deve” (POLICIAL, 2014).

Ou ainda, se o indivíduo estiver carregando um utensílio doméstico dentro do bairro, ele será um forte candidato na seleção policial. O que é bastante problemático, porque no bairro não há outros meios de fazer as mudanças domésticas, a não ser carregando os utensílios pelas passarelas. Quando eu questionei essa situação, defensivamente, os policiais

afirmaram que as abordagens neste caso, só irão acontecer se os indivíduos estiverem carregando objetos à noite.

No item (B) todos os policiais entrevistados, indicaram que o jeito de andar; a forma como o indivíduo fala utilizando-se de gírias e a cor dos olhos vermelhos ocupam o preferencial pelos policiais no acionamento da situação suspeita. Para os policiais, a forma como o indivíduo anda “balançando os braços” e a forma como ele fala utilizando códigos (gírias), caracteriza-o como um possível membro de gangue. Quanto à justificativa para os olhos vermelhos, os policiais afirmam que é muito comum os jovens apresentarem essa característica, haja vista que dentro do bairro existe um grande número de usuários de drogas.

No discurso policial, esses elementos apresentam a marca dos jovens que participam dos movimentos de gangues. O jeito de “balançar os braços” e de falar utilizando-se de gírias “é uma forma dos jovens impor respeito aos demais membros do grupo” (POLICIAL, 2014).

Sobre essa questão, quando eu perguntei para os policiais se existia um estudo preliminar para comprovar essas informações, os policiais me responderam que não, mas o que pesa neste caso, é a vivência e o “faro” do policial para detectar o suspeito. O que dá para perceber, em verdade, é que existe na fala dos policiais um alargamento da subjetividade na hora de escolher o suspeito.

Já para o item (C), a suspeição sobre os ciclistas recai em indivíduos que transitam com passageiros na garupa da bicicleta. Para os policiais essa informação representa a facilidade que dois indivíduos têm em cometer assaltos contra pedestres ou ciclistas. Para eles, o grande número de assaltos que são realizados na cidade, é composto por dois indivíduos em uma bicicleta. Segundo o entrevistado, “essas abordagens com ciclistas ocorrem mais na parte alta do bairro, onde as ruas são asfaltadas e há várias saídas de fuga” (POLICIAL, 2014).

Sobre as bicicletas personalizadas, os policiais justificam que a situação suspeita não é baseada a partir das características do indivíduo que conduz a bicicleta, mais sim, na personalização da bicicleta, pelo fato do que ela possa esconder em sua estrutura física.

As bicicletas personalizadas, principalmente aquelas que têm aqueles dois ferros grandes na parte da frente do guidão. Estarão sempre na qualidade de situação suspeita, porque ali dentro daqueles ferros, o meliante pode esconder qualquer tipo de objeto, pode ser um entorpecente, uma arma, principalmente faca, aqui nós sempre achamos facas dentro das bicicletas desses jovens, é por isso que há um cuidado dobrado com eles (POLICIAL, Sargento, 2014).

Na fala do policial fica evidente que a suspeição não está vinculada tão somente s características do suspeito, mais também, nos meios utilizados como transporte por esses indivíduos, principalmente se for uma bicicleta personalizada. Neste sentido, a situação suspeita é baseada nas características do indivíduo e nos objetos utilizados no dia-a-dia.

Imagem 08: Bicicleta personalizada 01



Fonte: <http://bikepersonalizada.blogspot.com.br>

Imagem 09: Bicicleta personalizada 02



Fonte: <http://bikepersonalizada.blogspot.com.br>

3.3 O lugar suspeito

Durante as entrevistas, constatei que o lugar suspeito é responsável para complementar os outros indicativos na suspeição, como por exemplo, as características e a situação suspeita. É através do lugar que os outros poderão ser acionados, o indivíduo pode ser mais ou menos suspeito, de acordo com as suas características físicas e seu modo de agir. O que vai decidir potencialmente o suspeito é o fator lugar.

Conforme Ramos e Musumeci (2005), durante a suspeição, o policial faz uma visualização geral do perfil do indivíduo (biótipo, vestimenta e modo de agir), de forma que seja possível verificar se a pessoa pertence ou não ao local da abordagem. Por exemplo, se um jovem negro e pobre está caminhando em um bairro de classe média, a leitura do policial vai se basear se aquele indivíduo pertence ou não ao local da abordagem. Assim, “o policial faz um recorte sócio-econômico com base na mensuração da distância da moradia do indivíduo e executa a abordagem” (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.78). Daí o porquê, que em muitos casos as abordagens são sempre acompanhadas da fala, onde você mora?

Nessa lógica, pode-se considerar que toda a Baixada do Ambrósio é um lugar suspeito. No entanto, para a polícia, a Baixada do Ambrósio é um lugar suspeito devido a uma combinação de outros elementos como podemos ver na tabela abaixo.

Quadro 05 – Grupo de elementos que compõem o lugar suspeito.

A	Os lugares mais prováveis de encontrar pessoas suspeitas, segundo a polícia?	Parado nas passarelas	Andando nas passarelas	Parado em frente das festas
B	Sobre a situação dos locais, que são os lugares mais prováveis de encontrar pessoas suspeitas.	Parado no escuro		Encostado no muro
C	Quanto a o posicionamento do indivíduo nos locais, os lugares mais prováveis de encontrar pessoas suspeitas.	Frente a comércio	Frente de escola	Esquina

No item (A) do quadro (5), os locais onde os indivíduos se encontram no bairro também é um forte sinal de suspeição. Assim, indivíduos parados ou andando nas passarelas do bairro, e principalmente concentrados em frente às casas de festas, são suspeito.

Para os policiais, não são apenas os locais que são fortes indicações para as ações de abordagens, mas quando o indivíduo está nesses espaços uma gama de outros elementos se somam ao local para a determinação da fundada suspeita, como, por exemplo, o simples fato de ele está parado em frente a uma casa de festas.

No item (B), todos os policiais responderam que o indivíduo parado no escuro representa 100% de suspeição, e para esse tipo de situação a abordagem acontece sempre no nível (4).

Um cidadão parado no escuro! Pode ter certeza que boa coisa ele não quer fazer. Não existe outro motivo para uma pessoa está parado no escuro, a não ser para cometer um delito, geralmente no escuro fica difícil identificar quem é ou não um bandido, tu não acha? (POLICIAL, 2014).

Para Zigmunt Bauman (2001, p.8), na escuridão tudo pode acontecer, fica muito difícil saber o que aquele lugar pode reservar. No entanto, a escuridão não constitui a causa do medo, mas é o “habitat natural da incerteza”, e, portanto, do medo. E o medo, é mais assustador quando difuso, disperso, desvinculado, flutuante, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte. O medo para o autor é o nome dado para as nossas incertezas.

Assim, o policial tomado pelas incertezas do ambiente (apenas no sentido do que venha a atingir sua integridade física) do que aquele lugar pode representar, aciona como

mecanismo de defesa as suas “certezas” sobre os lugares na hora de abordar determinados sujeitos (pobres, negros etc...) que devem ser vigiados. Portanto, toda a ação policial promovida em indivíduos que se encontra no escuro é baseada nas suas “certezas” da suspeição.

No que se refere ao item (B), sobre a justificativa das indicações está direcionada aos indivíduos encostados no muro, os policiais afirmaram que “esses indivíduos estão sempre observando a movimentação das pessoas para poder fazer as vítimas certas” (POLICIAL, 2014). Segundo a polícia não é normal que alguém esteja encostado no muro, ainda que seja só para se refrescar na sombra que o muro produz.

No item (C), quanto ao posicionamento do indivíduo no local suspeito, à frente dos estabelecimentos comerciais apresentou uma maior indicação por parte dos policiais. Segundo eles, isso se deve ao fato desses locais apresentarem um grande índice de furtos e roubos praticados por menores infratores nos estabelecimentos.

A mesma lógica é apresentada para os indivíduos que ficam parados na frente das escolas, porém, “neste caso, o policial deve ter muita perícia, pois se sabe que nesses locais a muita gente de “bem” que vai buscar um irmão, ou um parente na escola, principalmente se o estudante for menor” (POLICIAL, 2014). Assim, na fala do policial percebe-se que a probabilidade do indivíduo ser abordado vai depender muito da subjetividade do policial, que aqui é apresentado em perícia.

Já para o indicativo que aponta a esquina, o discurso dos policiais é sustentado no fato da esquina permitir uma ampla visualização da movimentação das pessoas e permitir também, um ótimo local para executar um plano de fuga no caso de assaltos e outros delitos, e ainda, a esquina é onde o traficante costuma comercializar dentro do bairro.

Os dados citados na pesquisa de campo conduziram a um estudo sobre a fundada suspeita, e de como em muitos casos o discurso policial se apresenta como contraditória, revelando a princípio, que muitos policiais militares possuem uma grande dificuldade em responder: “o que leva um cidadão a ser considerado um suspeito?”.

Assim sendo, muitas respostas estão situadas em um discurso mais defensivo por parte dos policiais, dizendo que não existem “pessoas suspeitas”, mais sim, situações suspeitas. Porém, os dados apresentados neste capítulo, mostram que existe na suspeição policial um acúmulo de elementos que combinam: as características do suspeito, a situação suspeita e o local suspeito.

Esse incremento de elementos considerados norteadores da suspeição, constroem a condição do suspeito tendo como referência os espaços da Baixada do Ambrósio, ou ainda,

características cujos frutos estão ligados a estereótipos construídos, herdados pela criminologia positivista.

Os policiais relacionam o biótipo, o local e a previsão do comportamento com o objetivo de conter as ações criminosas. Essa atenção, todavia, tem uma população certa: jovens, pobres, negros etc...

Finalizando, o objetivo central deste terceiro capítulo, foi discutir a luz das entrevistas, de que forma os policiais se utilizam de discursos para sustentar as abordagens a partir de escolhas que são carregadas de elementos marcados por símbolos sociais e biológicos que são acumulados socialmente durante toda a formação sócio-econômico da Baixada do Ambrósio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da polícia, em nível nacional vem ganhando bastante espaço nas pesquisas realizadas por nós cientistas sociais, ainda que de forma incipiente, muitos trabalhos colocam em xeque a atividade ostensiva que a polícia vem realizando nas ruas de nosso país. No Estado do Amapá, as pesquisas são ainda mais tímidas, ou praticamente inexistentes. Portanto, esse estudo abordou apenas um pequeno recorte da problemática da atividade ostensiva realizada pela polícia militar do Amapá.

A partir do trabalho realizado, pode-se entender que as abordagens policiais que visam à busca pessoal, e são praticadas na Baixada do Ambrósio não são aleatórias, é através do policial a escolha do suspeito, e é ele que determina quem é, ou não um “criminoso”, uma seleção que é seletiva e sistemática. O que produz indivíduos sob suspeição ou criminalizados cujas identidades são construídas a partir de estereótipos e preconceitos.

Por outro lado, conseqüentemente, a fundada suspeita é um mecanismo ativado por signos culturalmente acumulativos, que vem das raízes das policiais imperiais e das academias de polícia e são introduzidas aos cursos de formação de soldados. Assim, articula-se o que Michel Misse (2010) chama de “acumulação social da violência” e os mecanismos sociais de seleção do suspeito, a partir dos quais a polícia toma como filtro na suspeição, estereótipos sobre a figura do bandido.

Contudo, há uma função não declarada oficialmente nas abordagens. O “nível (1)”, não é utilizado no bairro, haja vista que esse tipo de nível requer uma abordagem apenas pautada no diálogo, sem qualquer tipo de contato físico com o suspeito. Segundo os policiais, esse nível é mais frequentes nos bairros de classe alta da cidade, o que reforça por parte dos policiais a associação automática entre pobreza e crime.

Já as abordagens “nível (4)”, que exige certa agressividade e constrangimento ao suspeito (segundo o P.O.P.), são usadas frequentemente nas ações dentro do bairro. Segundo os policiais, esse tipo de nível é comum, por conta que os indivíduos que recebem as ações, já são “velhos conhecidos da polícia”.

Portanto, pode-se falar que as abordagens policiais são sistemáticas, partem de uma seleção pré-definida: os suspeitos são marcados principalmente quando os indivíduos são conhecidos por ilícitos cometidos dentro do bairro, estes são sempre abordados, ainda que o “suspeito” não apresente elementos que fundamente a suspeição policial.

Por outro lado, vê-se a manutenção das ideias da criminologia positivista, inspiradas por Cesare Lombroso (1871) e Enrico Ferri (1914) do século XIX. De fato, a polícia militar

seleciona o suspeito através de marcas biológicas ou marcas sociais, ou ainda seleciona a partir de filtros sociais que são acumulados pelas relações cotidianas.

A grande preocupação está voltada para a subjetividade da fundada suspeita que ainda, apresenta-se como vaga dependendo em larga escala do ponto de vista e da ação do policial efetuando sobre os indivíduos um pré-julgamento relacionando a figura do criminoso.

A pesquisa, enfim, analisou um fenômeno complexo que envolve múltiplos sujeitos. A fundada suspeita emerge, sem dúvida, como uma problemática que deve ser colocada em evidência. Ao concluir o trabalho, julgo ser necessário evidenciar que ele não se esgota nas incursões estabelecidas aqui. É preciso ter clareza que novas pesquisas sejam realizadas sobre tema.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios?** Tradução de Vinícius Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ALVAREZ, Marcos Cesar. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais.** DADOS Revista de ciências sociais, v.45, n.4, p.677-704, 2002.
- ANDRADE, Arthur Anthunes Leite de. **Representações da criminalidade urbana: medo e insegurança social no bairro da Baixada do Ambrósio/AP.** UNIFAP. [Relatório Final do Programa de Iniciação Científica], Macapá, 2014.
- ANDRADE, Daniel Nazareno de. **A formação da fundada suspeita na atividade policial e os desafios da segurança pública no estado democrático de direito.** Curitiba/PR, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIBRASIL, 2008.
- AQUINO, Jania Perla; BARREIRA, Cesar. **Pirangueiro, um personagem estigmatizado: marcador de diferenças no universo criminal.** Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais SBS, Salvador, setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br>>. Acesso em 25/10/13.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na Cidade.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **Medo Líquido.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BEATO, Cláudio C. **Crime e Cidades.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Ed. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Presidência da República. **Código de Processo Penal.** Artigo 244. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei>. Acesso em: 20/11/2014.
- CERQUEIRA, Rafael Torres; NORONHA, Ceci Vilar. **Escrito em vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal.** Caderno CRH. Salvador. v. 19, n. 47, p.247-258, mai./ago., 2006.
- COSTA, Antonio Mauricio Dias. **A Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará.** 2ª Ed. Belém: EDUEPA, 2009.
- COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro.** Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

FARIAS, Aline Suzana de; FLEXA, Gianna Gomes. **Degradação ambiental e exclusão social na Baixada do Ambrósio: Santana/AP**. Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2008.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. Rio de Janeiro, [Tese de Doutorado em Ciências], FFLCH-USP, 2005.

FERRI, Enrico. **Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime**. Tradução de Paolo Capitanio. 2ª ed. Campinas: Bookseller, 1998.

_____. **Sociologia Criminal**. Versión española por Antonio Soto y Hernández. Tomo I. Calle de San Bernardo, México: Centro editorial de Góngora, 2004.

FILHO, Edilson; CONTENTE, Paulo; FERREIRA, Tatiane. **Aspectos sócio-ambientais no bairro Área Portuária do Município de Santana-AP**. Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège d France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. Col. Obras de Michel Foucault. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ. **Procedimento Operacional Padrão**. POP-0018/2008, Macapá: Polícia Militar, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, (2010). Aglomerados subnormais – CENSO/2010 » Baixada do Ambrósio » **Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais**. Amapá. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em 25/10/2013.

KANT DE LIMA, Roberto. **A tradição inquisitorial**. RBCS. Brasília, n. 10, p.65-84, 1989.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. 1ª reimpressão. Col. Fundamentos do Direito. São Paulo: Editora Ícone, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun., 2004.

MAGALHÃES, Nara. **Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva**. Revista Sociologias. Porto Alegre, v. 11, n. 21, p.318-343, jan./jun., 2009.

MEZZOMO, Sócrates Ragnini. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984**. Passo Fundo, [Dissertação de Mestrado em História], IFCH, 2005.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.

MISSE, Michel. **Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “Bandido”**. São Paulo: Lua Nova, v. 79, p.15-38, 2010.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, [Tese de Doutorado em Sociologia], IUPERJ, 1999.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração no Amapá.** Novos Cadernos NAEA/UFPA. Belém. v. 6, n. 2, p.113-168, dez., 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado.** São Paulo: RT, 2007.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Existe violência sem agressão moral?.** RBCS, Brasília, n. 23, p.135-193, 2008.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais.** Brasília: Verbaná Editora, 2010.

PRADO, Paulo da Silva. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira.** In: Intérpretes do Brasil. Volume III. Org. SANTIAGO, Silvano. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A, p.03-99, 2002.

RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Centro de estudos de segurança e cidadania. Rio de Janeiro, v. 03, n.08, p.1-16, dez., 2004.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REIS, Dyane Brito. **A marca de Caim: as características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares.** Caderno CRH. Salvador, n. 36, p.181-196, 2002.

RIBEIRO, Lucas Cabral. **História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul.** Trabalho apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. Anais ANPUH, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/.../1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>. Acesso em 19/10/2015.

RIFIOTIS, Theophilos. **Dilemas éticos no campo da violência.** Comunicação & educação, São Paulo, v. 13, p.26-32, set./dez., 1998.

ROBACHER, Liliâne Aparecida. **Requalificação urbana e ambiental na área habitacional da zona portuária Baixada do Ambrósio, Santana, Amapá.** Revista Inclusão Social. Brasília, v. 6, n. 2, p.32-41, jan./jun., 2013.

RODRIGUES, Denise Carvalho dos Santos. **Os ecos da desigualdade racial nas rotinas de suspeição e abordagem da polícia militar.** Trabalho apresentado no 35ª Encontro Anual da ANPOCS. Anais ANPOCS, Caxambu/MG, outubro de 2011. Disponível em: <<http://anpocs.org/portal/index>>. Acesso em 24/03/2013.

ROSEMBERG, André; BRETAS, Marcos Luiz. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas.** Topoi, v. 14, n. 26, p.162-173, jan./jul., 2013.

SILVA, Helba da Cruz. **Condições de moradia da população do Ambrósio. Santana/AP.** Macapá, [Trabalho de Conclusão de Curso], UNIFAP, 2006.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; BRITO, Daniel Chaves de. **Imagens Borradas: jovens da periferia de Belém e seus encontros com a polícia.** Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais SBS,

Salvador, setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br>>. Acesso em 25/10/13.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **A violência como dispositivo de excesso de poder**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 10, n. 2, p.281-298, 1996.

_____. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editoria, 2009.

TERRA, Livia Maria. **Identidade Bandida: a construção social do estereótipo marginal e criminoso**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP. São Paulo, Edição 6, 2010.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.